

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**O VERBO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: UMA REVISÃO
DOS ESTUDOS GRAMATICAIIS**

Elaine Miguel Pereira de Queiroz

2015

Elaine Miguel Pereira de Queiroz

**O VERBO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: UMA REVISÃO
DOS ESTUDOS GRAMATICAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa, orientada pela Professora Doutora Jeni Silva Turazza.

2015

AVALIAÇÃO:.....

ASSINATURA DO

AVALIADOR:.....

*Dedico este trabalho à minha Avó Divina,
que não conhecia as letras, mas
ensinou-me a amar a substância mais
íntima das palavras, por meio das
histórias que sabia
por ouvir dizer.*

Agradecimentos

A meus pais, pela esperança.

A meu marido, pela ternura e companheirismo.

Em especial:

A prof^a Dr^a Jeni Silva Turazza, pela paciência, sabedoria e aprendizado, por apontar-me o caminho, abrir meu horizonte e ser a luz na orientação desta monografia.

RESUMO

Perpassando a linha do tempo e ao considerar as diferenças entre as gramáticas da palavra e a gramática da frase, esta última concebida e descrita pelos gramáticos da tradição filológica. Os estudos sobre a classe do verbo, propostos por esses gramáticos – é diferenciado da classe dos substantivos e dos adjetivos, ou classe dos nomes, por designar ações -. Portanto, esta pesquisa foi orientada por um procedimento comparativo, e por ela procurou-se buscar a abordagem que direcionou os gramáticos distanciados da filologia greco-romana, buscarem uma nova concepção de acordo com os princípios da linguística moderna. Esta pesquisa tem como objetivos, analisar o tratamento dispensado à classe do verbo: da Gramática Tradicional pela Gramática Funcional; verificar quais as contribuições da Gramática Funcional para o tratamento das questões linguísticas no campo do ensino aprendizagem de Língua Portuguesa e, como esses estudos funcionam para a ampliação dos conhecimentos prévios do educador, para que possa facultar a compreensão do papel da Gramática Funcional em sala de aula e do conhecimento do léxico para as habilidades de produção textual.

Palavras-chave: Verbo, Gramática Tradicional, Gramática Funcional, Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Capítulo 1. O Verbo entre o Passado e o Presente: Revisão da Gramática Tradicional pela Gramática Funcional de Lucien.....	07
1.2 O Verbo no Contexto da Linguística Clássica e da Moderna.....	08
1.3 O Verbo no Contexto da Gramática Tradicional.....	10
1.3.1 O Verbo da Gramática da Palavra.....	12
1.3.2 O Verbo na Gramática da Frase: Algumas Considerações Necessárias.....	16
1.3.3 Sintaxe e Construção na Gramática da Frase: As principais Classes Gramaticais.....	19
1.4 O Verbo nas Gramáticas Pré-NGB.....	22
1.5. O Verbo nas Gramáticas Pós-NGB.....	24
1.6. Algumas considerações finais.....	28
Capítulo 2. O Verbo por uma Perspectiva Sintático-Semântica no Século XX	
2.2. A Ordem Linear e a Ordem Alinear das Relações Sintático-Semânticas	
2.2.1. As Conexões	
2.2.2 O Núcleo Verbal e seus Actantes ou Atuantes	
2.2.3 Os Circunstantes e os Epítetos	
2.2.4 O Aposto e o Vocativo	
2.3 Os Tipos de Palavras na Gramática Dependencial	
2.3.1 Representações ou Tipos de Junções	
2.3.2. As Palavras Vazias e suas Translações: preposições e conjunções	
Algumas Considerações Finais	
Conclusão	

Introdução

Esta pesquisa está situada no campo dos estudos linguísticos e delimitada ao estudo do “verbo”: uma das dez classes gramaticais descritas pelos gramáticos da língua portuguesa, falada e escrita pelo povo brasileiro. Sabe-se que, dentre essas classes gramaticais, algumas delas não são comuns a todas as línguas, todavia a classe dos nomes – aqueles extensivos usados para denominar ou designar todo e qualquer “ser” existente nos mundos, ou seja, mundo real, mundo imaginário ou mundos possíveis – diferem do verbo pelo fato de este denominar ou designar “ações”, ou seja, acontecimentos que compreendidos e interpretados, são concebidos como “fatos”. Todavia essas ações são desencadeadas pelos seres dos “mundos reais”, dentre os quais está o mundo natural que também produz movimentos, além dos “imaginários”; mas, ao contrário dos nomes, os verbos – por nomearem ações – designam mudanças, fazeres transformadores, segundo Turazza (2002).

Nesse contexto e por meio desse estudo, busca-se considerar os estudos propostos por nossos gramáticos tradicionais sobre o verbo, observando quais são os critérios por meio dos quais eles diferenciavam e diferenciam o nome do verbo. Embora nesse primeiro momento, os estudos realizados tenham por ponto de partida as primeiras gramáticas da língua portuguesa falada pelo povo da Península Ibérica, a bibliografia selecionada aponta que o conceito de verbo é uma herança da gramática da língua latina, por um lado. Por outro lado e perpassando a linha do tempo, consideramos as diferenças entre as gramáticas da palavra e a gramática da frase, esta última concebida e descrita pelos filólogos medievais e, por fim, buscaremos verificar o tratamento dispensado ao verbo pelos filólogos ou linguistas do nosso mundo moderno. Por meio desse percurso, objetiva-se responder à seguinte questão: a concepção de verbo, herdada dos nossos antepassados foram reinterpretadas ao longo do tempo ou se manteve sem sofrer modificações? Se foram reinterpretadas quais são foram mudanças?

A busca por essas respostas fez com que se optasse por considerar a necessidade de selecionar estudos representativos sobre a própria revisão feita pelos gramáticos tradicionais da língua portuguesa, tomando inicialmente a gramática de Fernão D’Oliveira e uma das propostas teóricas da linguística moderna, para a construção da outra-nova concepção de verbo: a gramática funcional de Lucién Tésnière. Assim procedendo e consideradas as similaridades entre esses dois modelos de estudos dos

fatos gramaticais, entende-se ser possível considerar as contribuições da gramática funcional para o tratamento das questões linguísticas, no campo do ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

O estudo da classe gramatical do verbo *e*, na sua relação indissociável com o nome, buscará topicalizar estudos desenvolvidos por uma perspectiva sintático-semântica que incide sobre modelos de organização e ordenação das frases em língua portuguesa. Esses modelos são propostos por gramáticos estruturalistas que, aproximadamente e a partir da década de 1950, com as primeiras publicações da gramática transformacional de Chomsky – orientada pelos princípios racionalistas da Gramática de Port Royal, reinterpretados por aqueles da lógica matemática moderna, tornando-se uma Gramática Gerativa Transformacional: marco do estruturalismo americano no campo dos estudos científicos modernos das questões linguísticas.

Assim, as gramáticas orientadas por uma perspectiva sintático-semântica têm origem no estruturalismo europeu e diferem daquela da teoria gerativo-transformacional da vertente estadunidense pelo fato de as europeias compreenderem que a relação sintático-semântica se qualifica pelo princípio da reciprocidade; a gerativa transformacional superpõe às categorias semânticas aquelas da sintaxe. Nessa acepção, o esquema ou modelo cognitivo das gramáticas internalizadas pelos usuários de uma dada língua é sintático para a linguística estadunidense; mas para os europeus, esse modelo cognitivo é sintático-semântico.

Esperamos encontrar, nessa pesquisa, uma abordagem sintático-semântica para a classe do verbo *e* e compreender as relações que se estabelecem entre as palavras em sua estrutura profunda possíveis em língua, proposta por Tesnière. Buscar responder como o processo de utilização de um signo lexical se constrói em diferentes relações cognitivas e pode contribuir para o ensino de língua materna.

Capítulo 1 – O VERBO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: Revisão da Gramática Tradicional pela Gramática Funcional de Lucien

1 Considerações Iniciais

O objetivo deste Capítulo está voltado para o estudo da classe gramatical do verbo que situada entre as dez classes gramaticais da língua portuguesa pelos nossos gramáticos da tradição filológica – é diferenciado da classe dos substantivos e dos adjetivos, ou classe do nome, por designar ações. A pesquisa foi orientada por um procedimento comparativo e, por ela, buscou-se pontuar a abordagem teórica que orientou os gramáticos que, distanciados do ponto de vista da filologia Greco-romana, ou da linguística clássica e voltados para os estudos de uma dada língua moderna, propõem-se a fazer estudos orientados pelos princípios da linguística moderna ou contemporânea desse nosso tempo, cujo marco inicial é o final do século XIX estendendo-se ao longo do século XX . Trata-se de estudos que estão voltados para a compreensão, revisão e reinterpretção daqueles que foram herdados dos estudiosos do passado e foram recontextualizados para se adaptarem ao ponto de vista do homem moderno.

Nesse contexto, esse pesquisador passou a indagar a si mesmo quais teriam sido essas diferenças e como elas possibilitavam compreender ou explicar ser o verbo uma das classes gramaticais que designam ações desencadeadas pela força dos acontecimentos naturais ou não naturais, ou estados; razão por que eles são classificados em “palavras que dão nome a ações desencadeadas pelo homem ou pelas forças da natureza, além de verbos de estado”. A busca por essa resposta fez com que se optasse por considerar a necessidade de selecionar estudos representativos sobre a própria revisão feita pelos gramáticos tradicionais da língua portuguesa, tomando a gramática de Fernão D’Oliveira como ponto de partida e uma das propostas teóricas da linguística moderna, como ponto de chegada para a construção da outra-nova concepção de verbo: a gramática funcional de Lucien Tésnière, linguista do estruturalismo francês. Assim procedendo e consideradas as similaridades entre esses dois modelos de estudos dos fatos gramaticais, entende-se ser possível considerar as contribuições da gramática funcional para o tratamento das questões linguísticas, no campo do ensino-aprendizagem da língua portuguesa como disciplina do currículo escolar de nossas escolas, por um lado. Por outro lado, e por ser “funcional”, esses estudos gramaticais modernos poderão favorecer a ampliação dos conhecimentos prévios do professor, de

modo a facultar a compreensão do papel da gramática funcional em sala de aula, ou seja, como ela favorece o uso efetivo de conhecimentos léxico-gramaticais para desenvolver habilidades de produção textual. Mas esta será a abordagem do capítulo que se seguirá a esse.

1.2 O Verbo no Contexto da Linguística Clássica e da Moderna

As classes gramaticais propostas pelos nossos gramáticos tradicionais são herdeiras dos estudos desenvolvidos pelos gregos da antiguidade clássica que se ocuparam de vários estudos sobre a linguagem e o pensamento humano, cujos resultados foram organizados e ordenados por três vertentes ou três perspectivas:

a) uma delas voltada para a busca de respostas por meio das quais se buscava saber como os homens representavam e representam seus conhecimentos de mundos, sob a forma de palavras da língua por eles falada. Desses estudos resultaram os estudos do léxico que, por meio das formas vocabulares, passaram a integrar os estudos gramaticais, hoje, denominados “morfologia”, para tratar das regras combinatórias por meio das quais as letras são organizadas e ordenadas entre si para formarem sílabas e essas, por sua vez, também são organizadas por regras combinatórias para formar frases, dotadas de significados que são lexicais e gramaticais. As regras que respondem pela construção do vocabulário de uma língua estão compreendidas como aquelas referentes à derivação e à composição de outras novas formas vocabulares que têm a função de denominar ou designar novos, outros conhecimentos de mundos. As regras combinatórias entre essas formas vocabulares têm a função de formar frases: unidades por meio das quais os significados dessas formas vocabulares do léxico fazem remissão às palavras ou signos linguísticos: uma unidade das línguas humanas que se explicam pela associação entre uma forma e um conceito, articulados entre si por relações sintático-semânticas. Portanto, a sintaxe, ou relação entre formas vocabulares por meio da qual as frases são formadas, devem se ocupar com as questões de significação; razão pela qual uma combinatória do tipo: “água céu de o cair A” é destituída de valor sintático semântico, quando contraposta a: “a sob a água cai pingos do céu forma” para se referir à palavra “chuva” expressa por: “A água cai do céu sob a forma de chuva”.;

b) outra voltada para a busca de respostas sobre o modo como as palavras eram combinadas entre si por meio de regras combinatórias capazes de ordenar o vocabulário da língua por eles falada, de modo ou por meio de relações lógicas, passíveis de serem

compreendidas por todos os seus usuários. A resposta a essas questões deram origem aos estudos gramaticais e, por eles, as regras combinatórias, acima explicitadas, foram descritas pelos gramáticos gregos. Ressalta-se que, nesse caso, a preocupação dos estudiosos gregos sempre esteve voltada para a busca da verdade, orientada por princípios de cidadania e da ética, da estética, da liberdade responsável e da justiça entre os homens e, desde então se ocupam com a noção de “proposição”: enunciado por meio dos quais os conteúdos ou ideias representadas em língua, por meio das atividades da fala, deveriam ou precisariam ser qualificados como verdadeiros. Ao proporem os resultados de seus estudos gramaticais, pontuam como objetivo do seu ensino escolar o aprender a ler e a escrever os usos da língua escrita, orientando-se pela arte do bem saber se expressar em língua oral, ou seja, com clareza, correção e precisão. Assim, como o estudo lexical não se dissociava dos morfológicos e esses dos estudos sintáticos que também estavam intimamente implicados aos semânticos, a aprendizagem da língua escrita não se dissociava dos exercícios da aprendizagem do uso da língua em situações de oralização dos textos escritos, ou seja,

c) aquela referente à denominada retórica, ou a arte de saber se expressar em público por meio do uso adequado da língua valendo-se de seus recursos léxico-gramaticais e, orientando-se por esses seus recursos, construir proposições revestidas pelos sentidos de verdade para convalidar as normas de condutas éticas e estéticas e, assim procedendo, valorizar os princípios da liberdade responsável e da cidadania, assegurados por aqueles dos direitos e dos deveres próprios dos homens justos. Ressalta-se que, nesse caso, os estudos retóricos são hoje reinterpretados pela linguística textual-discursiva, tendo por ancoragem os estudos léxico-gramaticais como recursos necessários para a aprendizagem escolar das práticas dessas composições textuais em língua escrita ou da leitura dessas mesmas composições, ou seja, aprender uma língua para aprender a nomear conhecimentos de mundos, organizá-los e ordená-los para expressar o que foi nomeado para comunicar a outros tais conhecimentos ou saberes.

A síntese dos estudos, acima, orientados pela leitura da obra *Ciencias da Linguagem, competência comunicativa y enseñanza de la lengua*, de autoria de Lomas, Osoro e Tusón (cf. 1997, p.16 a 22), apontam que essas três vertentes dos estudos linguísticos não se diferenciam daquelas propostas pela linguística contemporânea moderna, a diferença entre elas decorre do fato de os seus estudiosos modernos terem dissociado os estudos léxico-gramaticais dos estudos dos textos, entrelaçados àqueles do discurso.

1.3 O Verbo no Contexto da Gramática Tradicional

O uso do termo morfologia - hoje empregado para designar estudos sobre as formas lexicais das palavras de uma língua, organizadas e ordenadas por sílabas, formadas pela combinatória de letras, de que se originam os vocábulos – não era conhecido dos nossos gramáticos cujas pesquisas antecederam o ano de 1860. Nesse tempo do século XIX, o termo morfologia, criado em 1830 no campo da biologia por Goethe - mas para se referir a pesquisas que investigavam as formas e evolução dos organismos vivos – migrará para o campo dos estudos linguísticos para se referir às “formas vocabulares” das línguas humanas. Todavia, durante essa primeira década desse século, os estudos sobre as línguas indo europeias ou românicas - dentre as quais se situavam a francesa, a italiana, a portuguesa e a espanhola – incidiam sobre investigações que tinham por objetivo identificar a origem primeira das palavras do indo europeu com o propósito de descobrir a própria origem da linguagem humana: a sua protolíngua. (cf. Lyons, 1985). Mas, é somente na segunda metade desse mesmo século que, devido à influência da teoria das espécies de Darwin e a sua transposição para o campo das ciências sociais, as línguas passaram a ser compreendidas como organismos vivos que nascem, crescem, se desenvolvem e morrem.

Nesse contexto de contribuições, os gramáticos passam a se ocupar dos estudos morfológicos, de modo que as pesquisas sobre flexões de número e gênero, bem como sobre aquelas sobre as derivações, passariam a ser integradas à Gramática Tradicional da Língua Portuguesa, mas gradativamente. A esse outro novo ponto de vista histórico, os estudos desenvolvidos nos séculos XIX e XX também receberiam como herança o interesse sobre o tratamento orientado por pesquisas sobre os processos de formação das palavras do vocabulário das línguas humanas, consideradas pelos gramáticos como formas mínimas que as constituem como seus elementos originais. Uma dessas contribuições para esses estudos históricos sobre a morfologia dos nossos tempos modernos foi a descoberta da Gramática de “Pānini”, no século XVIII - gramático da língua hindu que viveu no século VI A.C. Pānini, ao contrário dos gramáticos greco-romanos, divide os vocábulos do sânscrito em elementos como raiz e afixos e, por eles, é possível reconhecer esse mesmo procedimento de análise adotado por nossos gramáticos tradicionais sobre as raízes das palavras do português formadas também por uma raiz, prefixos e sufixos no capítulo sobre a estrutura e a formação das palavras do português. Suas raízes, herdadas da língua latina, da grega, daquela da língua árabe, da

celta, etc., que possibilitam a identificação e compreensão da origem de inúmeras palavras que formaram a língua portuguesa e a elas são acrescentadas aquelas que herdamos das línguas indígenas e africanas, no que se refere ao idioma português falado no Brasil.

Observa-se que, no tempo que antecede aos séculos XVIII, XIX e XX, os estudos sobre o que, hoje, denominamos por morfologia eram registrados em nossas gramáticas, mas pela perspectiva ou ponto de vista dos gramáticos gregos e dos latinos, dos quais também fomos herdeiros. Aquelas gramáticas, entretanto, consideravam que as palavras não eram divididas em unidades mínimas de significações: eram concebidas como “totalidades indivisíveis”. Nessas e por essas totalidades era possível identificar variações de suas formas: a) aquelas que eram “formas acidentais”, por meio das quais eram estudadas: a.1) as suas “flexões” de número, de gênero e de grau; a.2) as “derivações prefixais e as sufixais” e a “composição” por meio das quais suas formas variam para formar outras novas palavras; a.3) a sintaxe ou relações entre essas partes das palavras, razão porque se denominam os estudos grego-romanos por “gramática da palavra”, visto que a sintaxe frasal como hoje é conhecida, somente será desenvolvida na Idade Média. Entretanto, os estudos sobre a “sintaxe frasal”, proposta por Platão, no campo da filosofia clássica, referia-se a estudos das proposições formadas pela relação entre o “nome” e o “verbo”, sendo a “sintaxe essa relação” por meio da qual o sujeito – representado pelo nome – era definido como “o ser sobre o qual se afirma algo” e o predicado “o que se diz de forma afirmativa sobre o sujeito”.

Essa definição platônica de ser a sintaxe “relação”, expressam entre formas lexicais ou palavras que nomeiam o “sujeito”, ou ser sobre o qual se afirma algo, e “predicado”, a informação dita ou comunicada por alguém sobre o conteúdo da ação realizada pelo sujeito de uma proposição – aquilo que se diz sobre o sujeito - é mantida até hoje pelos nossos gramáticos tradicionais contemporâneos. Também os gramáticos estruturalistas modernos não negam o fato de que uma frase é formada pela estrutura de uma oração ou sentença que se explica pela seguinte forma matemática: $O = \text{Sujeito} + \text{Predicado}$, sendo que: a) o sujeito equivale a um nome da classe do substantivo – que poderá ser antecedido de determinantes (artigo, pronome como esse, aqueles, etc., ou adjetivos) ou precedido por um nome adjetivo; o predicado equivale ao verbo sempre associado, quando necessário, aos seus complementos nominais, ou seja, objetos (direto ou indireto ou advérbio). Assim, o Sujeito poderá ser representado por: determinante (s) + Nome –

por exemplo: O menino, aquele menino, o menino bonito; aquele belo menino, O menino mentiroso, etc., tendo como equivalente as formas: S=Determinante + Nome (Artigo + Nome; Pronome + nome; Artigo+Nome+Adjetivo) ; o predicado - caiu do balanço; colheu laranjas; pediu uma esmola à velhinha – poderá ser representado por: P = V+Advérbio; V+O.D; V+OI; V+OD +OI, por exemplo.

Observa-se, pelos exemplos acima, o fato de que, embora os estudos gramaticais propostos pelos gregos tenham sido objeto de constantes reflexões de que resultaram vários estudos de caráter histórico ou de natureza diacrônica, ou de caráter sincrônico, com foram aqueles referentes ao estruturalismo estadunidense, todos eles jamais abandonaram as relações necessárias entre o nome e o verbo para analisarem a sintaxe das frases de uma língua, por um lado. E, por outro lado, em sendo a sintaxe um conceito que tem por ancoragem a concepção de “relação” entre as partes constitutivas dos elementos de uma língua, associada ao fato de que a morfologia estuda esses elementos e suas combinatórias para explicarem a estrutura e a formação de novos nomes ou verbos, as formas vocabulares também podem ser explicadas por relações sintáticas; razão de ser de uma gramática da palavra. É por essa perspectiva que trataremos do verbo pela gramática da palavra, no item subsequente a esse.

1.3.1 O Verbo da Gramática da Palavra

Os estudos gramaticais, considerados por um ponto de vista diacrônico ou histórico, são desenvolvidos por uma perspectiva latinista, por uma perspectiva filosófica, seguida de uma histórica e por uma perspectiva normativa e, conforme já afirmado, seus estudos incidem sobre a palavra e a frase e, por essa razão, os estudos sobre a morfologia tipificam a Gramática da Palavra. Observa-se, ainda, que Fernão D’Oliveira e João de Barros – autores que foram investigados como representantes da gramática da palavra - não recuperaram os estudos linguísticos desenvolvidos no período medieval pelos filósofos escolásticos e, por essa razão, tomam como modelo de seus trabalhos a gramática Greco-latina. Nesse sentido, seus estudos são orientados pela perspectiva da filosofia aristotélica.

Assim, Fernão D’Oliveira (1536, p.), ao descrever o verbo em língua portuguesa, observa que tanto ele quanto o nome substantivo e o adjetivo exercem funções semelhantes e diferentes, quando se observa os modos de dizer, de pronunciar as palavras da língua que usamos:

(...) assi a semelhança das dicções nos abre caminho para (conheçamos huas cousas por outras segudo que te alguma semelhança ou parecer entre si: e por tanto os nimes se conhecem dos verbos e os verbos co os nomes das outras partes: poq sam diferetes hús dos outros e o nomes se conhecem por outros nomes: e os verbos por outros verbos (...)

As informações acima orientam os procedimentos por meio dos quais o estudioso dos fatos gramaticais deve proceder para diferenciar o nome do verbo, quais sejam: observar a língua em situação de uso e observar os modos de expressar as informações, o conteúdo daquilo que se diz por meio das palavras; comparar essas palavras entre si e identificar suas formas, diferenciando aquelas que respondem pela formação do verbo daquelas que respondem pela formação do nome. Para tanto, é preciso usar o critério comparação e, quando assim procedemos, somos capazes de perceber que os nomes “*co tudo não tão qnã tenham alguma miudezas diferentes ou diferentes ou diferencias mais meudas e particulares como ou próprio: adjetivo e substantivo(...)*”. Nesse sentido, ao comparar, percebemos que os nomes (...) *tem diversidade em outras causas (...)*, ou seja, eles denominam os seres do mundo “em estados”, isto é, em suas qualidades como, por exemplo, “menino”: um homem pequeno, que ainda não cresceu, não se desenvolveu, não amadureceu; logo, é um substantivo adjetivado; “costureira” é uma mulher que costura, uma pessoa que exerce uma profissão. Observamos, assim que tanto o adjetivo quanto o verbo funcionam para expressar qualidades objetivas ou subjetivas que dão especificidades aos nomes substantivos.

A comparação ainda permite considerar que o verbo se diferencia do nome pelo fato de ele se referir “*aos modos e tempo, número e pessoas: dos quaes números e pessoa so nome isso mesmo não liure deles*”, portanto, o nome e o verbo são palavras variáveis, mas as flexões verbais são diferentes das nominais e essas flexões ainda possibilitam classificar os verbos em pessoais e impessoais. Os nomes, por sua vez, são classificados por esse gramático em próprios e comuns; em nomes adjetivos e nomes substantivos. Para Turazza (2002, p.26), a oposição entre o nome e o verbo, nessa Gramática, é dada pelo critério morfológico e pelo critério semântico, conforme se buscou exemplificar acima. Segundo essa autora, ao usar o critério semântico, esse gramático possibilita compreender as dificuldades das nossas gramáticas contemporâneas que definem o verbo como palavras que nomeiam ações, o que faz pressupor que os adjetivos não as nomeiam; contudo, uma palavra como “chuva” que é usada para nomear “a água que cai do céu”, também nomeia ações, embora seja um substantivo e não um verbo.

Entre os gramáticos da palavra, situa-se João de Barros (1540) que juntamente com Fernão D'Oliveira contribui para as primeiras descrições gramaticais da língua portuguesa, entretanto, o primeiro contribui para diferenciar os modos de dizer, de os portugueses se expressarem de forma diferente de os espanhóis. Assim, a gramática de Fernão está mais voltada para estabelecer em que a língua portuguesa se diferencia, quanto à pronúncia, do falar espanhol e por essas diferenças atribuir identidade própria ao povo que era regido, governado por um rei de um território ou estado que não se confundia, não se misturava, com o povo do estado espanhol que, por sua vez também tinha rei e estado próprio. Logo, sua gramática era muito mais ideológica do que propriamente linguística. João de Barros para diferenciar o verbo do nome faz uso do processo da comparação e, primeiramente, pontuar para seus leitores serem ambos:

(..) dois reis (...) dado que sejam compostos de lêtera e sílaba, primeiros elementos da linguagem, per razão da excelência e do alto ofício que têm, governam e regem toda las linguagem da terra em tanta paz e amor entre si, que não se viu república assi governada per um, como antes sendo dous governam a sua. (...) Verbo, segundo definição de todos os gramáticos, é ua voz ou palavra que demonstra obrar alguma cousa o qual não se declina (flexiona) cono o nome ou pronome per casos (flexões), mas conjuga-se per modos e tempos como veremos por suas conjações (...) (Barros, 1527 apud Turazza, 2002 p. 25).

O uso da comparação possibilita ao gramático afirmar que, quanto à forma, tanto o verbo quanto o nome não podem ser diferenciados entre si, pois ambos são formados pela combinação de letras que formam sílabas e essas sílabas, combinadas entre si, formam palavras; portanto, verbo e nomes são palavras constitutivas de todas as línguas humanas. Governantes de todas as línguas, o verbo é palavra que designa, em essas línguas, “um fazer”, ou seja, um modo de agir, de proceder ou desencadear ações, já os nomes designam os conhecimentos de “as coisas, objetos, corpos, indivíduos ou pessoas que estão situadas em algum lugar do espaço e/ou do tempo, nesses mundos.” O critério proposto para diferenciar essas duas classes gramaticais pelo autor é o da flexão nominal, ou “casos” – aqueles que em língua portuguesa possibilita identificar o sujeito (agente), o objeto direto (acusativo), o objeto indireto (ablativo), o genitivo (adjuntos adnominais que indicam valor de posse ou sujeito que recebe algo de alguém, por exemplo) e os advérbios de tempo, lugar, por exemplo (ablativo). Essa equivalência é

parcial, pois uma língua de casos, como o latim, expressa as relações entre as palavras não pela ordem direta, mas pelas relações semânticas entre elas.

Outra observação referente às frases:

a) Queixou-se dos maus tratos ao diretor. – “ao diretor” – aquele que ouve ou toma conhecimento dos maus tratos sofridos por alguém – o caso *ablativo* está representado pelo *diretor* - o caso *agentivo* pelo *queixante* e o caso *acusativo* por *maus tratos*. Esse tipo de frase em língua portuguesa, segundo Bechara (1975), é evitada por nossos gramáticos, pois teríamos de considerar que esse tipo de construção implica o uso de dois objetos indiretos;

b) Vou a São Paulo. – “a São Paulo” – refere-se ao lugar aonde se vai e, portanto, complementa o sentido do verbo “ir” e equivaleria ao caso *ablativo*; razão por que, ainda segundo Bechara, não equivale a um adjunto adverbial de lugar, mas sim a um complemento adverbial.

Nessa acepção, não é simples fazer equivaler aos casos latinos, as flexões das línguas românicas como o português, pois o modo de organizar e ordenar as palavras de uma dada língua varia de cultura para cultura, ou seja, depende do ponto de vista pelo qual os povos apreendem e representam, organizam e ordenam os conhecimentos de mundo representados pelas palavras de suas respectivas línguas.

Explicitado o grau de não equivalência entre as flexões e os casos latinos, observa-se que João de Barros, diferencia o nome do verbo pela flexão nominal – expressa por casos – da flexão verbal que se expressa pelo modo, tempo, número e pessoa.

Essas gramáticas, conforme já afirmado, ao se orientarem pela descrição da língua latina têm espaço reduzido para a sintaxe. Fernão D’oliveira, por exemplo, compreende que:

a) o substantivo é subdividido em substantivo (comum e próprio, diminutivo e aumentativo, verbal e denotativo) e adjetivo, e o verbo, em pessoal e impessoal;

b) os verbos declinam e, ao declinarem, variam em “generos, conjugações, modos, tempos, numeros e pessoas”; contudo,

c) as três conjugações verbais na língua portuguesa são por ele identificadas: “o qual infinitivo ou acaba em ar, como amar, ou em er, como fazer, ou em ir, como dormir” (Oliveira 2000: 151); no que se refere à etimologia,

d) o seu olhar se volta sobre a origem das palavras e investiga a flexão e a derivação, assim resumindo:

d.1) “aquelas que fazem parte de nós desde a sua constituição, nasceram com nós, são partilhadas pela memória coletiva e são tão antigas que não sabemos de onde vieram”, ou seja, aquelas que foram herdadas de nossos antepassados e fazem parte do seu vocabulário; d.2) “aquelas que foram cedidas em um tempo antigo, as quais seriam de difícil entendimento etimológico na época”, ou seja, aquelas que foram herdadas de outras línguas: as palavras estrangeiras a que denominamos estrangeirismos.

1.3.2 O Verbo na Gramática da Frase: Algumas Considerações Necessárias

Essa gramática, orientada por fundamentos da filosofia eclesiástica ou medieval, tem por marco estudos desenvolvidos na França, mais precisamente na Abadia de Port Royal por Lancelot e Arnauld – esse último, expulso da Faculdade de Teologia da Sorbone por questões religiosas e pela sua posição sobre o sistema educacional implantado por aqueles que eram educados na escola da referida Abadia.

Situar o verbo em relação ao nome no espaço ocupado pela gramática da frase é compreender, conforme apontado acima, ser o som oral ou nasal, vocálico ou consonantal, tônico ou átono que, combinados entre si, representam a voz humana sob a forma de sílabas e essas combinadas entre si, representam as palavras. Nessa acepção, os gramáticos da frase não negam serem as palavras o produto da combinação desses sons articulados entre si por meio de sílabas o fundamento primeiro da linguagem; contudo, ponderam ser preciso examiná-las ao que elas têm

(...) de espiritual que as tornam uma das maiores vantagens que o homem tem sobre todos os outros animais e que é uma das grandes provas da razão: é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos e essa invenção maravilhosa de compor com vinte e cinco ou trinta sons, essa variedade infinita de palavras que, nada tendo em si mesmas de semelhante ao que se passa em nosso espírito, não deixam de revelar aos outros todo o seu segredo e de fazer com que aqueles que nele não pode penetrar compreendam tudo quanto concebemos e todos os diversos movimentos de nossa alma. (...) Assim se pode definir as palavras: sons distintos e articulados que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. (cf. 1992)

Todavia, a distinção estabelecida pelos gregos entre “Lexikó” (léxico) e Lógos – palavra escrita ou falada, o verbo que, a partir de Heráclito, passou a ser traduzido por

“razão”, de modo que reunirá numa só palavra quatro sentidos principais: linguagem; pensamento ou razão; norma ou regra; ser ou realidade íntima de alguma coisa - identificara o dicionário como espaço de descrição dos significados das palavras e Logus, as regras combinatórias de uma língua por meio das quais essas palavras são relacionadas entre si: ou seja, identificará a gramática dessa língua. Assim, a gramática de frase estenderá os estudos sobre a gramática da palavra, de modo a ensinar os usuários da língua escrita a coordenar não só as palavras entre si, mas também a colocá-las numa ordem determinada: aquela referente ao discurso “de modo que façam sentido ao mesmo tempo sentido e ligado”, ou seja, a sintaxe finalmente nos ensina a dispor as palavras no espaço das nossas práticas discursivas. (cf. J.S.B. p. 1). Assim, a sintaxe das palavras funciona como recurso para organizar e ordenar a sintaxe frasal: fundamento da sintaxe textual discursiva que assegura o exercício da fala compreensível.

Orientando-se pela Gramática de Port Royal, Jerônimo Soares Barbosa assim orienta o seu leitor para consultas a esse seu trabalho: sua “Grammatica Philosphica da Lingua Portugueza” deve ser compreendida como a “Arte de falar e escrever correctamente a própria Lingua”. Essa se “compõe de Orações, as Orações de palavras, as palavras de sons articulados, e tudo isso se figura aos olhos, e se fixa por meio de escriptura.” (cf. 1816,) Nesse sentido, essa sua Gramática será organizada em quatro partes naturais, quais sejam:

a) a “Orthoepia, que ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, próprios da Lingua, para bem os pronunciar;” (cf. p. 01) - parte mantida pelos nossos gramáticos tradicionais modernos, revista pelos estudos de fonética e fonologia da Linguística Estrutural dos nossos cientistas contemporâneos;

b) a “Orthographia, que ensina os signaes Literaes, adoptados pelo uso, para bem os representar;” (cf. p. 176) - parte mantida pelos nossos gramáticos tradicionais modernos, articulada ao mesmo capítulo que trata das regras de ortografia, onde registram descrições sobre a representação dos fonemas pelos sinais gráficos da escrita alfabética. Portanto, elas condensaram essas duas partes da Gramática de Soares Barbosa em apenas uma;

c) a “Etymologia, que ensina as espécies de palavras, que entrão na composição de qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes;” (cf. p. 01) – parte

mantida pelos nossos gramáticos tradicionais modernas sob a designação de Morfologia, conforme já pontuado e explicitado ao longo dessa pesquisa, sob a designação de “gramática da palavra”;

d) a “Syntaxe finalmente, que ensina a coordenar essas palavras e dispol-as de modo que fação hun sentido, ao mesmo tempo distinto, e ligado”. (cf. p.01) – parte introduzida pelos nossos gramáticos modernos em suas gramáticas da Língua Portuguesa a nós contemporâneas, desde então.

Essa redução de quatro partes a três não exclui os estudos sobre a analogia e/ou figuras de linguagem que se seguem à parte referente à sintaxe, sob a forma de apêndice e voltada para o estudo das figuras de linguagem ou “tropos”. E, em se tratando da sintaxe, compreendida como uma ordem sistemática das palavras, articuladas entre si para formarem orações, proposições ou frases “pois tudo quer dizer o mesmo”, segundo Soares Barbosa (cf. p. 419), visto que “suas ideias estão humas para as outras”, esse gramático pontua a distinção entre *sintaxe e construção*, à semelhança dos gramáticos de Port Royal.

Os juízos de valor expressos por meio da relação sintática entre sujeito e seu atributo ou predicado – aquilo que se predica para o sujeito – é uma construção gramatical, oracional que, se explica por meio de um predicado nominal; pois, embora haja diferentes modos de dizer, o predicado nominal é considerado por Jerônimo aquele que expressa com maior precisão um juízo de valor. Assim também entendiam os gramáticos de Port Royal.

Assim. Ilari e Geraldí (1985; p. 11) em se considerando uma oração “*como A Terra é redonda.*”, as formas vocabulares ou termos *terra* e *redonda*, fazem referência a duas ideias independentes ou isoladas; entretanto, o verbo “é” (ser) indica haver entre elas uma relação significativa de compatibilidade, pois a ideia expressa por *redonda* convém àquela expressa por *terra*. Esse grau de compatibilidade entre duas ideias e seus significados conectados entre si pelo verbo ser implica uma relação abstrata.

1.3.3 Sintaxe e Construção na Gramática da Frase: As principais Classes Gramaticais

A sintaxe está concebida como uma ordem sistemática das palavras fundada nas relações das coisas que elas significam, é diferenciada da construção que é autorizada

pelo uso efetivo de uma dada língua. Nessa acepção, é da ordem do discurso e implica a ordem direta ou indireta, inclusive ter a mesma sintaxe, por exemplo: “Alexandre venceu a Dario” ou “A Dario venceu Alexandre”, exemplifica Soares Barbosa (cf; p. 254) e afirma que tais “construções são contrárias, mas a sintaxe é a mesma”. Esta mesma distinção é proposta pelos Gramáticos de Port Royal para o ensino escolar que estaria voltado para a “arte de pensar” e, para tanto, atribuem maior valor significativo a três classes gramaticais, quais sejam: o nome, o verbo e as conjunções concebidas em relação a três operações lógicas, orientadas ou fundamentadas, respectivamente, pela capacidade ou habilidade de:

- a) conceber e nomear ideias;
- b) formular juízos de valores;
- c) encadear esses juízos em raciocínios.

Nessa acepção, a relação entre essas formas da língua e de juízos em raciocínio foi compreendida e explicada pela relação sintática entre “sujeito e predicado”, necessária para construir tais juízos de valor(es).

Esse posicionamento implica compreender que a sintaxe é da dimensão cognitiva, abstrata e, muitas vezes, ela fica implicada em orações do tipo: “Pedro lê”, que equivale à oração “Pedro é leitor”, caso contrário, tal afirmação implicaria ou implicará num falso juízo de valor, ou seja, numa inverdade, numa mentira.

Observa-se, pelo contexto acima, que o verbo ser é o verbo por excelência, visto expressar o fato de a segunda ideia (o predicado nominal) dever ser adequada aos preceitos ou princípios de veracidade sobre o que se afirma sobre o sujeito, ou seja, ser adequada, conveniente ao nome que exerce a função de sujeito. Nessa acepção, a relação sujeito ⇔ predicado é sempre assegurada pelo verbo de ligação: “ser”. Para Ilari e Geraldini (1985), essa relação sintática torna-se mais clara quando se recorre ao conceito de “extensão” e de “compreensão” de uma ideia – também formulados por esses gramáticos filosóficos -. A “extensão” deve ser compreendida sempre que uma ideia pode ser predicada a vários objetos; a “compreensão” são todas as determinações que uma ideia abarca ou encerra e que não podem ser canceladas como, por exemplo, a “ideia de vertebrado” é inerente, à palavra tigre – para compreender o que é tigre é

necessário compreender o que “vertebrado” - e todos os tigres se incluem na classe dos vertebrados, ou seja, o conceito de tigre é extensivo à ideia de vertebrado.

Nesse sentido, em que tigre condensa, compreende o conceito de vertebrado, por um lado e, por outro, aquele de vertebrado estende o próprio significado de tigre (O tigre é um animal vertebrado), as proposições expressas pelos verbos de ligação podem ser universais ou particulares. Uma proposição universal seria, por exemplo, a afirmação: “Todo toxicômano é feliz”, visto que a ideia de toxicômano se faz extensiva a todo e qualquer homem, de qualquer tempo, situado em qualquer lugar. Já em se tratando da afirmação “Alguns políticos são liberais.”, predica-se apenas a uma parte dos políticos a qualificação de liberal, não a todos eles. Explicitadas essas relações de compreensão e de extensão pressupostas pelas orações organizadas e ordenadas pelo verbo ser, os autores observam para seus leitores o fato de a lógica clássica sistematizar:

“raciocínios construídos mediante proposições que afirmam (ou negam) relações entre classes” como: I - “Sócrates é homem (todo indivíduo que pertence à extensão de Sócrates é homem.). II - Todo homem é mortal. III – Sócrates é mortal” (cf.p.13 e14).

Para Ilari e Geraldi (1985), trata-se de um modelo de raciocínio que ao fazer a inclusão de Sócrates na classe dos homens e desses na classe dos mortais implica na inclusão de Sócrates entre os mortais, o que implicou, por um lado, a aceitação desse modelo da lógica aristotélica por tanto tempo e, por outro, a permanência de uma série de concepções das quais a gramática tradicional ainda hoje se vale.

Pode-se considerar, por esse contexto, que o verbo na Gramática de Jerônimo Soares Barbosa é definido pelos princípios da filosofia escolástica como:

“(...) uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas as suas relações pessoais e, numeraes, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com o outro, por ordem dos diferentes tempos e maneiras de existir.” (BARBOSA, apud Turazza, p. 30 e 31).

Considerada a concepção de o verbo poder ser classificado como verbo substantivo ou verbo adjetivo – ser amante, ser alegre, ser feliz, ser leitor = aquele que ama, é alegre, é feliz, é leitor – o autor entende que o único verbo capaz de exprimir uma existência, uma afirmação é o verbo “ser”: um verbo substantivo que expressa a essência do ser. Todos os demais são verbos adjetivos e, nesse caso, o verbo gostar equivaleria a “ser gostante ou ser gostoso”, por exemplo. O verbo, nessa sua condição de atributo do ser, é compreendido como elemento de relação que expressa qualidade predicada a um sujeito de uma proposição: um termo que relaciona duas ideias para expressar um julgamento de valor e esse valor é sempre atribuído ao sujeito. Acrescenta-se a essas considerações o fato de o tempo e as pessoas verbais serem consideradas por Soares Barbosa categorias acessórias para o tratamento do verbo.

Essa síntese avaliativa, pontuada por Turazza (2002), fundamentada pela avaliação crítica do gramático Maximino Maciel (1922):

“A doutrina do verbo substantivo e adjetivo cahiu por estar provado que: a) ser tem forma de três verbos latinos: sedere, esse e fui (a); b) no estado actual da língua, os verbos adjuntos também seriam substantivos, pois exercem igual função; c) ser aparece na acepção primitiva de existir e de acontecer (...); d) a maior parte dos adjetivos nem sempre são equivalentes a ser, seguido de um adjetivo terminado em-nte e, se assim fosse, haveria as seguintes monstruosidades: ter = ser + temente; vir = ser + vinte; (...)”. (Maciel, Maximino apud Turazza, p. 32).

Tal análise estaria orientada pelo fato de o verbo ser, em língua latina, derivado de três verbos: sedere, esse e fui(a) equivalentes a “ser”, “estar” e “ir” – ser bonito, estar bonito, fui bonito, por exemplo – e, nesse caso, todos eles seriam verbos substantivos, acrescentando-se o fato de ele também ser usado na acepção de existir e de acontecer. Outro argumento relevante é o fato de os adjetivos terminados em “-mente” - ser + somente, não equivaleria a ser solitário, ou ser + ter não equivaleria a temente, por exemplo. Para essa pesquisadora, à semelhança do gramático Cândido Jucá (1945), o verbo é uma palavra bastante complexa por expressar um fato e estabelecer relações significativas com os demais elementos linguísticos que compõem uma oração, além de assumir diferentes formas por meio das quais ele significa diferentes valores atribuídos a um fato. Assim, não basta se valer apenas do critério sintático morfológico e, ou do

sintático para compreender o que é o verbo, em língua portuguesa e compreender como ele funciona ou se tipifica na sua dimensão oracional ou frasal para assegurar a produção de enunciados verbais.

1.4 O Verbo nas Gramáticas Pré-NGB

As complexidades que dificultam aos professores compreender o que é o verbo, conforme acima anunciado, é preciso considerar que nos últimos anos da década de 1950, a diversidade da terminologia por meio dos quais nossos gramáticos descreviam os fatos gramaticais do português do Brasil, levaria O Ministério da Educação e Cultura a propor um grupo de estudos que deveria propor uma terminologia única para os estudos gramaticais nas escolas do nosso território nacional. O resultado desse trabalho foi publicado em 1959 e, indicado para o ensino programático de Língua Portuguesa, voltou-se para uma padronização da terminologia didática por meio de normas, de modo que, segundo as concepções dos estudiosos da língua e dos professores de português, passaram a se valer de uma nomenclatura particular e deixavam de variar conforme aquela empregada pelos gramáticos até então. O critério selecionado como parâmetro dos estudos das descrições gramaticais referentes à descrição das orações ou frases seria o sintático e, assim procedendo, acreditava-se que, ao privilegiar o critério sintático, os gramáticos contribuiriam com a construção de uma identidade nacional do povo brasileiro; logo, o critério proposto pela NGB era político, embora se saiba que as línguas se qualificam como sistemas sócio-histórico-cultural e ideológico.

Afirma Turazza (2002, p. 33), à semelhança do gramático Cândido Jucá, o verbo é uma palavra bastante complexa por expressar um fato e estabelecer relações significativas com os demais elementos linguísticos que compõem uma oração, além de assumir diferentes formas por meio das quais ele significa diferentes valores atribuídos a um fato. Assim, não basta se valer apenas do critério sintático, ou do morfológico para compreender o que é o verbo, em língua portuguesa e compreender como ele funciona ou se tipifica na sua dimensão oracional ou frasal, de modo assegurar a produção de enunciados verbais. Essa polissemia inscrita no significado das formas lexicais do verbo levaria nossos gramáticos pré-NGB - à semelhança de Eduardo Carlos Pereira (1957) – a definir o verbo como

(...) categoria gramatical que tem por função representar na frase a vida, o movimento, a atividade dos seres. Por isso define-o

Ayer como palavra que exprime ação. Essa ação, porém, característica da função verbal pode ser concebida como latente ou inerente nos seres, como acontece com os verbos neutros – ser, estar, morrer, viver, sofrer, ou formal e expressa, como acontece com os verbos ativos: lançar, andar, correr, escrever, partir, subir.” (cf. p.355).

Assim, o critério semântico faz remissão ao valor nocional do traço “+ movimento e + dinâmico”, em contraposição ao traço semântico “- movimento e – dinâmico” que qualifica os verbos de ligação – ser, estar, ficar, permanecer, parecer – estando os verbos de acontecimento entre os dois primeiros, ou seja, têm menor grau de movimento e dinamismo do que os verbos de ação, sem que deles seja excluído os semas de dinamismo e de ação. Turazza, ainda observa que existem os traços de “dinamismo e de desenvolvimento” em formas nominais como “chuva, enxurrada, caçada, afogada”, por exemplo. Segundo essa autora, a essas qualidades semânticas do verbo nossos gramáticos também fazem uso de critérios morfológicos e sintáticos para definirem o verbo, quanto às suas flexões e sua função sintática, como ainda pontua Carlos Eduardo Pereira (1957), por exemplo:

“O verbo é uma palavra que exprime a ação atribuída, sob as relações de tempo e de modo a uma pessoa ou coisa (...). O verbo que denota ação, estado ou fenômeno, é a parte mais rica em variação de formas.” (pg.34)

Nesse sentido, a definição por meio da qual o verbo é concebido tem por ancoragem o critério semântico; contudo, quanto ao seu lugar e função frasal, a sua definição é sintática e, na sua dimensão morfológica, o critério recai sobre as flexões de número, de pessoa, de modo e de tempo. Observa-se, assim, que o fato de a língua portuguesa se qualificar pelo modelo de organização sintática das palavras que têm o verbo como eixo ordenador das palavras constitutivas de seus enunciados frasais, levam nossos gramáticos a examinarem a ordem que essas palavras apresentam na constituição das orações.

1.5. O Verbo nas Gramáticas Pós-NGB

No período posterior à NGB, os chamados termos essenciais da oração – sujeito e predicado, concebido pela relação necessária entre nome e verbo – delimitados ao verbo, levam nossos gramáticos a classificá-los em:

a) verbos de ligação;

b) transitivos;

c) intransitivos.

Os transitivos, por sua vez, são compreendidos como:

b.1) transitivos diretos e indiretos;

c) bitransitivos, ou seja, transitivos diretos e indiretos, respectivamente.

Essa classificação, desde então – ou seja, pós-NGB, embora ela seja veementemente criticada por Cândido Jucá para quem o projeto privilegia a análise lógica própria dos aristotélicos - mantém-se insuficiente para vários outros gramáticos que entendem ser uma proposta de análise técnica das frases da língua portuguesa. Mesmo assim, alguns gramáticos propõem ser necessário diferenciar em suas obras os complementos verbais de verbos transitivos diretos como:

➤ *Amo João e Amo a Deus*, em objeto direto e objeto direto preposicionado, respectivamente - pois diferente de João, um ser de carne e osso, sempre em presença da sua amante que com ela partilha o mesmo tempo e lugar, Deus é uma presença imaterial e o homem com ele se encontra apenas quando é justo, adepto das verdades que precisa praticar para poder estar com Ele. Nesse sentido, a preposição “a” não é marca de transitividade indireta, mas de “distanciamento entre o homem e Deus”, quando o primeiro precisa aprender a agir com lisura, com ética, justiça e respeito para poder com ele estar. O uso da preposição “a” marca o distanciamento entre ambos e o fato da distância a ser percorrida no espaço e no tempo das vivências do homem para se tornar capaz de chegar até Deus. Mas no caso de orações como:

➤ *Comi o pão X Comi do pão* – também não se trata de o verbo ser transitivo, na primeira oração e intransitivo na segunda, pois comer é sempre verbo transitivo – mesmo no caso de “Ontem comi naquele restaurante”, quando o falante não tem o propósito de informar “o que comeu”, se um peixe, uma carne, etc., mas de afirmar “onde comeu” e dele faz uso como se fora *intransitivo*. Ressaltando, nesse caso, a relação semântica necessária entre “comer e comida”, implicada no

processo de derivação dessas duas formas vocabulares, construída a partir do mesmo radical ou tema, que justifica o cancelamento do objeto direto, facilmente identificado pelos seus usuários. Assim, em se tratando do uso da preposição “de” em comer do pão, comparada a “comer o pão”, o seu uso é para marcar a diferença entre “o pão” comido na sua totalidade em oposição a “uma parte de o pão, apenas uma parte dele”. (cf. Rocha Lima (1974), Evanildo Bechara (1975) e Celso Cunha (1972).

A essas considerações críticas os estudiosos das questões linguísticas afirmam que elas rompem com a concepção de as línguas humanas serem indissociáveis da linguagem e da fala, e não se deixam explicar apenas por seus elementos formais, inscritos na linearidade da fala e por imposição do seu próprio código que não é global – diferenciado dos códigos globais como o das imagens, por exemplo. Reiteram que, em se tratando do código linguístico, as palavras são enunciadas umas após as outras, de modo que a classificação proposta para os complementos verbais são mecanicistas e não contribuem com as reflexões que orientam a compreensão por inconsistentes e incompletas.

Segundo Turazza (2002), a incompletude de tais procedimentos não assegura a concepção de os verbos serem palavras que designam modos de agir, de proceder do homem na sua relação com outros homens e em relação “as coisas” dos mundos; razão por que eles denominam mudanças de estado e, nesse caso, essas mudanças de estado, de lugar, de tempo, enfim, das condições de “estar no mundo”. Esses estados são representados pelos adjetivos, locuções adjetivas; as mudanças de lugar ou tempo, pelos advérbios, por exemplo:

1) *Pedro colheu as laranjas do pomar* : Laranja estar no pé = *lugar e posição da fruta= presa aos galhos da laranjeira, em tempo anterior à colheita* ⇔ em tempo posterior à colheita: Laranja estar no cesto ou no chão: *mudança de lugar e posição da laranja, nesses dois tempos decorre do “fazer transformador” expresso pelo verbo “colher”, do modo de agir ou de proceder de Pedro = o agente: aquele que desencadeia e executa a ação de fazer a colheita das laranjas. Em se tratando da oração:*

2) *A cozinheira temperou a comida com sal, alho e pimenta.*: comida sem tempero e sem pimenta ⇔ em tempo anterior, antes de receber tempero, ou seja: Estado 1: “comida *insossa*, mal temperada ou com pouco tempero: = *adjetivo ou locução adjetiva* ⇔ em tempo posterior Estado 2: “comida *temperada e apimentada* = *adjetivo*. A mudança de estado implicado na qualificação da comida, entre o tempo anterior e o tempo posterior, resulta do “fazer transformador = temperar”, decorrente do modo de agir da cozinheira: o agente que desencadeou a ação de temperar. No caso de verbos de acontecimento como:

3) *O vento derrubou e quebrou o vaso.*: é preciso considerar que esse tipo de oração implica uma relação semântica que se refere a uma causa(Ka.) articulada ou relacionada a uma consequência (kō): O vento derrubar o vaso = Ka. ⇔ Kō = o vaso quebrar (Porque o vento derrubou o vaso ele se quebrou); entretanto, a relação entre “tempo anterior”, quando o estado1 do vaso era “*estar inteiro, perfeito*” e no “tempo posterior”, quando o estado2 do vaso é “*estar quebrado*”.

Os exemplos, acima, apontam para o fato que, em se tratando dos estudos sobre o verbo no período pré-NGB, pois a classificação por eles descritas não se fizeram satisfatórias, conforme afirmação do gramático Napoleão Mendes de Almeida: “*Nenhuma Gramática expõe, no momento convincente, a questão dos verbos quanto a seus complementos*” (cf. p. 31). No período pós-NGB, essa insatisfação parece permanecer, segundo Bechara (... 1975: p. 32), pois,

“A NGB., a bem da simplicidade, reúne sob a denominação de *objeto indireto complementos verbais de naturezas bem diversas: o objeto indireto propriamente dito, encabeçados pelas preposições a ou para (escrever aos pais; o complemento partitivo, em geral encabeçado pela preposição de (lembrar-se de alguma coisa) e o complemento de relação, também encabeçado, em geral pela preposição de (ameaçar alguém de alguma coisa. Isto nos leva a compreender a presença de dois objetos indiretos em uma oração: Queixar-se dos maus tratos aos diretos. (cf. p. 32).*”

Essa posição crítica – também apontada por Turazza nos exemplos acima explicitados - determinam para seus leitores o fato de se querer reduzir os estudos linguísticos apenas

a uma de suas dimensões, como é o caso da sintaxe de que se ocupou a NGB, desconsiderando ser ela um elemento sintático-semântico, quando essas análises se situam na dimensão frasal. A inserção dos estudos semânticos, na sua indissociabilidade com as relações sintáticas apontam que, a mudança dessa última, necessariamente, implica em mudança do significado de uma oração. Podemos observar, segundo os estudos de Cunha (1972) sobre as preposições que, no caso das orações:

- a) João falou a Maria;
- b) João falou de Maria;
- c) João falou por Maria.

O uso dessas diferentes preposições implicam na produção de três orações cujos significados não se equivalem, embora a sintaxe seja a mesma; contudo, as relações entre os seus elementos constitutivos não são os mesmos. Portanto, em se mudando os elementos constitutivos de uma frase, ainda que seja apenas um deles, o valor de cada uma delas é único. O usuário sabe disso, identifica essas diferenças e sabe que ao usá-las não está se referindo ao mesmo significado, ou seja, não está dizendo a mesma coisa, representando o mesmo significado. Logo, o estudo das diferenças ou variações sintático-semânticas não são tão simples como se pretende fazer crer e, ao assumir a posição proposta pela NGB, passou-se a acreditar que a sintaxe é linear e poderia ser ensinada e aprendida de forma mecanicista. Ignorou-se que os homens falam por textos coesos e coerentes, sendo que as frases descritas pelas gramáticas são meros fragmentos recortados desses textos produzidos por falantes reais, jamais ideais. Portanto, as relações sintático-semânticas são alienares, subjazem à linearidade das substâncias dos sons ou das letras gráficas que as veiculam, afirma Turazza. É nessa acepção que, segundo a autora, esses critérios se tornam bastante problemáticos na medida em que privilegiam a sintaxe em detrimento da semântica, ou da significação estabelecida por essas relações sintáticas.

1.6. Algumas considerações finais

A Revisão registrada ao longo desse Capítulo aponta para a necessidade de ser para os estudos das línguas as relações sintático-semânticas de seus elementos constitutivos, mesmo que eles sejam delimitados por uma perspectiva léxica- gramatical, isto é, não sejam extensivas à dimensão textual. Embora os homens, em todos os tempos e lugares da Terra, sempre tenham falado por textos coesos e coerentes e não por frases e palavras

isoladas, os estudos propostos por nossos gramáticos – à semelhança dos Greco-latinos - entendem que os estudos léxico-gramaticais são meios, recursos que orientam a aprendizagem do saber denominar adequadamente os conhecimentos de mundo para se poder dizê-los, comunicá-los ao outro. Esses conhecimentos, denominados por meio das palavras, implicam o saber organizar e ordenar esses conhecimentos, combinando as palavras entre si – relacionando-as por relações sintático-semânticas - de modo que seus significados sejam tecidos e entretecidos entre si, para que eles possam ser representados por meio da língua: trabalho de que se ocupam os gramáticos, pois os significados das palavras estão registrados, descritos nos dicionários. Nesse sentido, conhecer palavras e saber combiná-las, tecendo e entretecendo seus significados por relações sintáticas para produzir textos coesos e coerentes – falar e escrever de forma adequada, com clareza, concisão e adequação – é o objeto de ensino da disciplina Língua Portuguesa. Embora o texto não se reduza a uma combinatória de frases em períodos e de períodos em parágrafos, desconhecer os meios, os recursos dessas combinatórias impossibilitará que eles sejam construídos.

Nessa acepção conhecer e dominar esses recursos léxico-gramaticais por um modelo que não dissocia a dimensão sintática da dimensão semântica que orienta a construção de enunciados legíveis e compreensíveis será o objetivo do Capítulo II, dessa pesquisa monográfica.

Capítulo II – O Verbo por uma Perspectiva Sintático-Semântica no Século XX

O objetivo deste Capítulo continua voltado para o estudo da classe gramatical do verbo e, na sua relação indissociável com o nome, buscará topicalizar estudos desenvolvidos por uma perspectiva sintático-semântica que incide sobre modelos de organização e ordenação das frases em língua portuguesa. Esses modelos são propostos por gramáticos estruturalistas que, aproximadamente e a partir da década de 1950, com as primeiras publicações da gramática transformacional de Chomsky – orientada pelos princípios racionalistas da Gramática de Port Royal, reinterpretados por aqueles da lógica matemática moderna, tornando-se uma Gramática Gerativa Transformacional: marco do estruturalismo americano no campo dos estudos científicos modernos das questões linguísticas.

Assim, as gramáticas orientadas por uma perspectiva sintático-semântica têm origem no estruturalismo europeu e diferem daquela da teoria gerativo-transformacional da vertente estadunidense pelo fato de as europeias compreenderem que a relação sintático-semântica se qualifica pelo princípio da reciprocidade; a gerativa transformacional superpõe às categorias semânticas aquelas da sintaxe. Nessa acepção, o esquema ou modelo cognitivo das gramáticas internalizadas pelos usuários de uma dada língua é sintático para a linguística estadunidense; mas para os europeus, esse modelo cognitivo é sintático-semântico.

O capítulo que antecede a esse registra as inadequações referentes ao fato de uma análise sintática incidir sobre as categorias dos nomes constitutivos de uma frase; contudo esses nomes ocupam lugares diferentes na estrutura da frase, ou seja, eles são usados em posição anterior ao verbo, ou posterior a ele. A posição anterior desses nomes responde pela categoria de “sujeito sintático” da frase e, quando em posição posterior, pela categoria de objeto, visto ser a posição que as palavras ocupam na estruturação das orações que determinam aquelas que funcionam como sujeito e objeto. É por essa razão que a inversão dessas posições implica na construção de uma figura de linguagem, objeto de estudos da estilística, segundo nossos gramáticos, para quem é o critério da ordem que determina e diferencia o sujeito sintático do objeto, em língua portuguesa. Todavia, esse critério cria distorções com o sujeito: aquele que pratica a ação designada pelo sujeito cujo(s) movimento(s) desencadeados por essa ação incide(m) sobre o objeto que, intencionalmente, pode ser ou não o alvo dessa ação

desencadeada pelo modo de agir ou de proceder do sujeito, ou seja, o(s) significado(s) atribuído(s) ao movimento desencadeado(s) por ações verbais.

A busca por estudos gramaticais que facultassem valorizar não só o critério da ordem, mas a ele conjugar o critério semântico, implicou conceituar o verbo como designação de um fato para descrevê-lo como elemento que estabelece relações entre seres lexicalmente designados e registrados em língua escrita, nas orações. Esses registros lexicais por formas morfológicas da língua portuguesa, variável pelas suas diferentes flexões compreendem as actâncias, compreendidas como uma possibilidade de organização do imaginário humano que, segundo Turazza, os actantes são para Greimás “(...) os atuantes que decorrem de uma sintaxe narrativa e os atores reconhecíveis nos discursos particulares em que se encontram manifestados” (Greimás apud Turazza, 2002, p. 51); portanto, o actante exigido pelo verbo é textual e ultrapassa os limites da linearidade sintática do texto. Delimitada à dimensão da frase, quando ela se explica como elemento que se refere a fragmentos estáveis de enunciados de textos.

2.2. A Ordem Linear e a Ordem Alinear das Relações Sintático-Semânticas

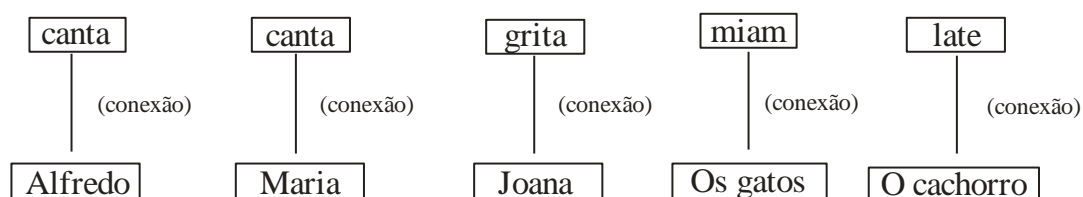
A linearidade das orações, conforme já mencionado, representa a própria linearidade da língua falada ou escrita e por ela as orações se qualificam por serem unidimensionais que as distanciam da ordem interestrutural. Por essa razão, Tesnière observa para seus leitores por meio de representações gráficas a estrutura esquemática que sustenta as relações arquitetônicas que respondem pela organização e ordenação dos elementos constitutivos das orações expressas como frases: unidades de expressão significativas que funcionam como meios de comunicação e ultrapassam os limites das palavras isoladas. Essas unidades gráfico-arquitetônicas, denominadas “estemas” por esse gramático, representam as diversidades das relações do modelo cognitivo que orienta a produção das orações, onde as relações sintáticas entre seus elementos são revestidos de significações e, por elas é possível identificar pela ordem linear a ordem alienar e pluridimensional que assegura a compreensão desses enunciados frasais.

Nesse contexto, a compreensão da língua – concebida e qualificada por Saussure (1972) como psíquica, portanto como uma estrutura alinear, quando empregada em situações reais pelo exercício de atividades da fala, por um falante real - ultrapassa os limites da gramática tradicional contemporânea. Esse esquema arquitetônico que possibilita explicitar o uso das estruturas morfossintático-semânticas da língua, implicadas e a

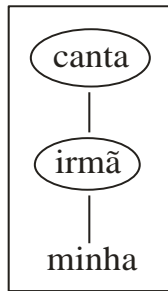
identificação das relações pluridimensionais dos modelos cognitivos por meio das quais elas são organizadas e ordenadas na estrutura linear das atividades da fala. Por isso, a sintaxe se explica por relações de implicaturas entre os actantes ou atuantes inscritos como semas inscritos no conteúdo nocional das lexias verbais. Assim, por exemplo, o verbo “dar” pressupõe um actante que exerce o papel de *doador*, outro que exerce o papel de *receptor* entre os quais se situa o objeto doado e, nesse sentido, aquilo que é dado transita entre dois sujeitos, deslocando-se das mãos do primeiro actante para as mãos do terceiro actante, pela força do movimento desencadeada pelo doador e pela força do movimento de aceitação do receptor; portanto, dois sujeitos, dois agentes. É nesse e por esse cenário representado pela cognição, que as conexões construídas pelo verbo “dar” podem ser explicadas e compreendidas, sendo essas conexões denominadas por sintaxe ou por relações que têm por referência valores atribuídos aos significados dos signos conectados por tais relações.

2.2.1. As Conexões

A explicitação teórica das conexões desenvolvidas por Tesnière abarca o seguinte raciocínio, tendo por ponto de referência o seguinte enunciado frasal: *Alfredo Canta.*, que é formada por *três elementos* e não por dois: o nome e o verbo que implicaria, nesse caso, duas ideias independentes, conforme postulam nossos gramáticos tradicionais, orientados pelos princípios da lógica clássica. A *conexão* entre elas, seria o *terceiro elemento* indispensável e constitutivo desse tipo de frase, assim representada em sua obra:



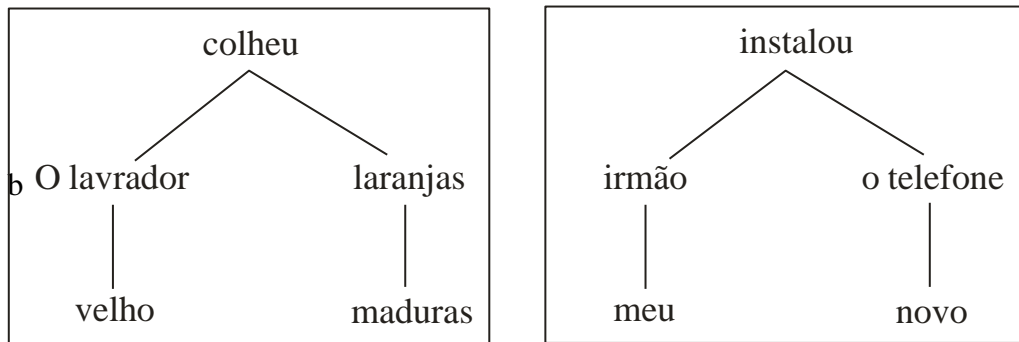
Logo, a *conexão* é a *relação de dependência* contraída pelas palavras, ou seja, aquela que o usuário estabelece entre o “*núcleo regente, o verbo*”, compreendido como aquele que contém a ideia central e o “*núcleo regido*”: ideia subordinada, *regida pelo significado* do elemento regente. No caso de “*Minha irmã canta*”, têm-se três núcleos e duas conexões, conforme explicitado, abaixo:



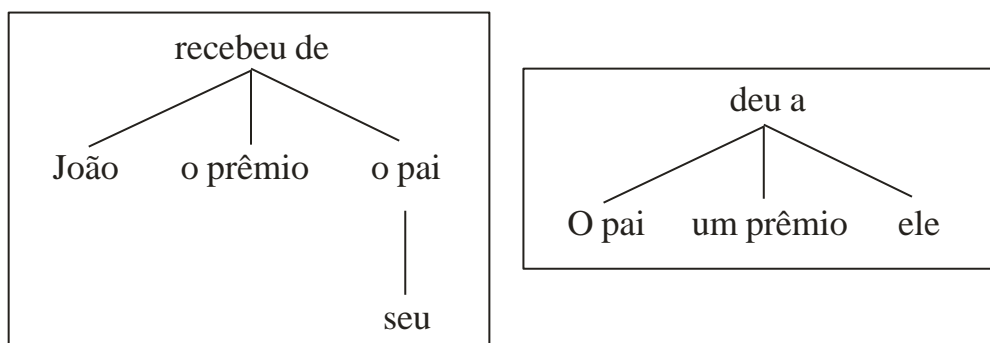
Onde o núcleo central = *canta*, o nó dos nós, responde ou domina as conexões com *irmã* e *minha*, por estar conectado a ambas. Logo, a arquitetura das frases depende das conexões; razão pela qual estudar e compreender a sintaxe frasal é compreender as conexões estabelecidas entre seus elementos constitutivos – aquelas que formam ou respondem pela construção de seus *estemas*, o modelo cognitivo, a arquitetura dos elementos, suas respectivas estruturas, as relações estabelecidas entre eles.

Os estemas, afirma Tesnière, podem ser lineares à semelhança daqueles acima registrados, ou podem ser:

a) *bifurcados*: aquele que descreve frases simples organizadas por conexões entre três núcleos - os correspondentes aos verbos denominados transitivos diretos de nossas gramáticas tradicionais, conforme exemplificação abaixo:



b) *trifurcados*: aquele que frases simples e implicam conexões entre quatro núcleos - os correspondentes aos verbos denominados transitivos diretos e indiretos de nossas gramáticas tradicionais, conforme exemplificação abaixo:

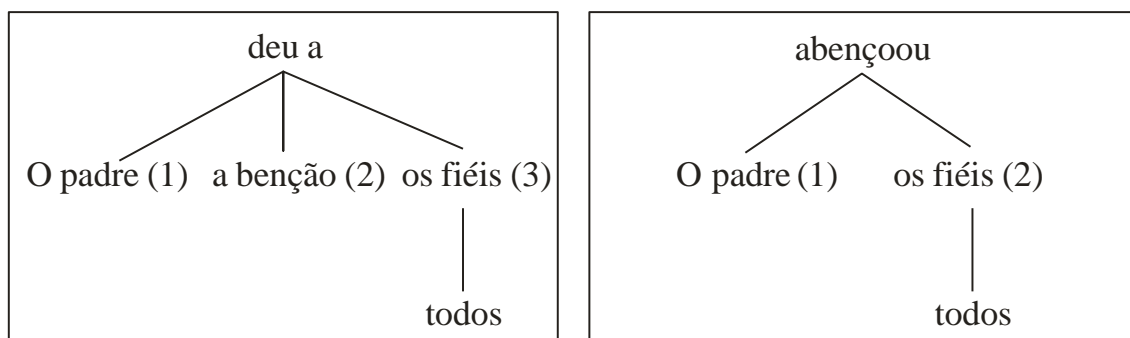


Esses tipos de esquemas cognitivos são socialmente compartilhados pelos usuários da língua portuguesa, falada no Brasil e por eles se pode compreender a existência de uma gramática por eles internalizada, aprendida desde o momento em que aprendem a falar essa sua língua materna. Trata-se, da chamada “competência linguageira”; pois, ao desenvolver a linguagem por aprender essa língua, aprendem não só o seu vocabulário, mas também a sua gramática. Logo, léxico e gramática são aprendidos concomitantemente; razão pela qual não se trata apenas de internalizar uma gramática, mas também o dicionário, de modo que ao ampliar seus vocabulários, esses usuários ampliam, estendem seus modelos cognitivos de organização e ordenação morfossintático-semânticos em língua, ao mesmo tempo em que desenvolvem a linguagem. Por conseguinte, a aprendizagem de uma dada língua responde pelo desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento da linguagem amplia, estende o domínio de usos diferentes e variados de uma dada língua. Assim, se a língua é um objeto criado e desenvolvido pela linguagem, esta por sua vez, é criada e desenvolvida pela própria língua: linguagem e língua são, reciprocamente, criaturas e criadoras uma da outra.

2.2.2 O Núcleo Verbal e seus Actantes ou Atuantes

Reitera-se o fato de a fala - ao contrário dos estemas, acima descritos, que são alineares – apresenta o resumo dos esquemas alineares; razão pela qual os significados e a ordem desses resumos se remetem aos problemas apontados no primeiro Capítulo e inviabilizam a compreensão da dimensão psíquica das línguas faladas por usuários do português do Brasil e de outras antigas colônias africanas, por exemplo. Também é importante reiterar que todas as relações estabelecidas pelos estemas são desencadeadas a partir do significado que essas relações estabelecem com o verbo: o nó de todos os nós de uma frase; razão pela qual ele ocupa o lugar central, no alto do estema. Assim,

observado os estemas referentes às frases: *O padre deu a bênção a todos os fiéis* e *O padre abençoou todos os fiéis*, cujos estemas são:



É preciso considerar que os elementos que participam da ação desencadeada pelo *padre* que exerce o papel de *agente* do ato de *dar* e do ato de *abençoar* - que tem o poder e o saber que a ele atribui esse poder socialmente partilhado e aceito pelos membros da sociedade católica brasileira – faz com que a *bênção* seja extensiva e recebida por todos *os fiéis*. Nesse sentido, o verbo *dar* tem os seus significados articulados a esses três actantes ou atuantes, acima identificados pelos numerais (1), (2) e (3) e, no caso do verbo *abençoar* os actantes (1) e (2), sempre colocados no mesmo nível de subordinação ao verbo. Observa-se que o sujeito, situado no mesmo nível dos demais, perde a sua posição privilegiada na frase – diferenciada pelos gramáticos tradicionais da posição ocupada pelo objeto direto e/ou indireto – e ele será identificado como “actante ou atuante (01)”.

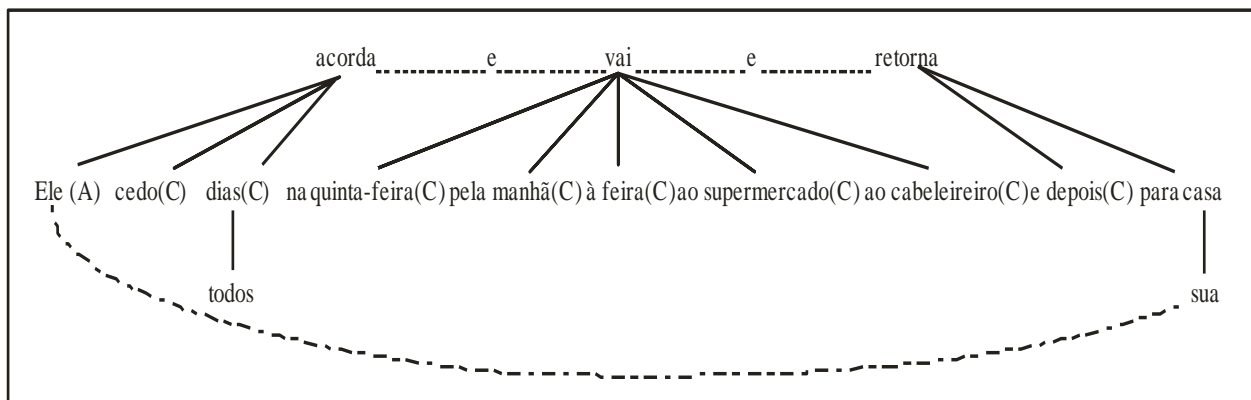
Essa distinção entre esses atuantes é significativa, principalmente para assegurar a identificação de “o padre” ser o agente que desencadeia a ação verbal “o sujeito doador da bênção”, enquanto “os fiéis” são os seus recebedores - ou como afirma a nossa gramática tradicional contemporânea” o alvo sobre o qual a ação do sujeito (o padre) incide aqueles que são afetados pelo objeto da ação de “o padre”. É portanto, da oposição referente ao significado da ação desencadeada pelo sujeito que surge a diferença entre sujeito e objeto, e da diferença entre aquele que dá e aquele que recebe, a diferença entre sujeito e objeto indireto; contudo, sem ignorar que o objeto indireto, nesses casos, na verdade são os sujeitos receptores do verbo *dar*.

Ao conjunto desses núcleos frasais, sempre regidos pelo verbo, Tesnière ainda situa aqueles elementos por ele denominados *circunstantes* e os *epítetos*, explicitados no item a seguir.

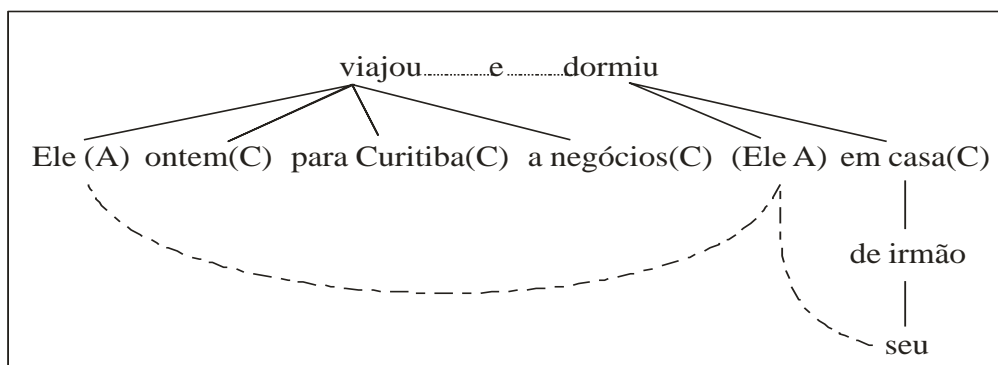
2.2.3 Os Circunstantes e os Epítetos

Os circunstantes, assim denominados por indicarem as circunstâncias da ação verbal, como tempo, lugar, modo, tempo, causa, finalidade, etc. – denominados por nossos gramáticos tradicionais por adjuntos adverbiais - também são subordinados ao núcleo da ação verbal; mas ao contrário dos actantes que não ultrapassam o limite de no máximo três, não têm quantidade determinada, pois o uso dos mesmos é ilimitado. Assim, o estema de uma frase como:

a) *Acorda cedo todos os dias e, na quinta-feira pela manhã vai à feira, ao supermercado, ao cabeleireiro e depois retorna para sua casa.*, é assim explicitado:



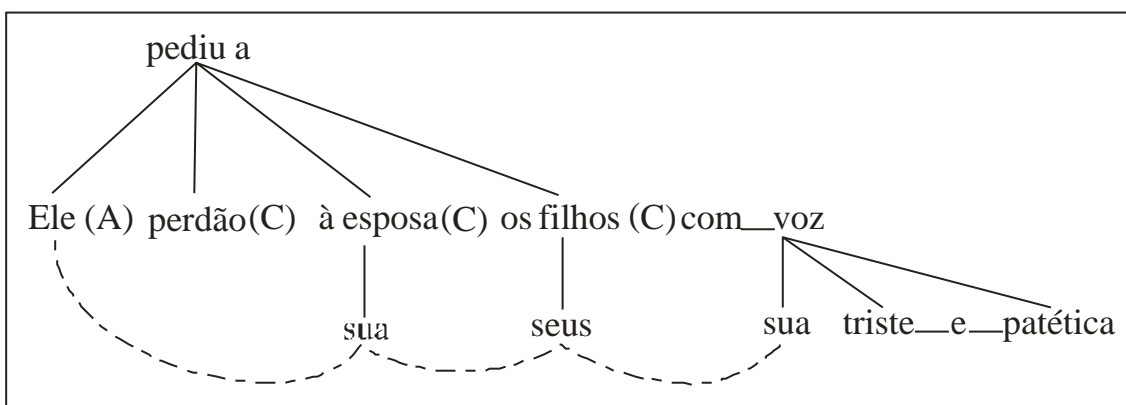
b) *Ele viajou ontem para Curitiba a negócios, e dormiu em casa de seu irmão.*, é assim explicitado:



Observa-se que os *traços pontuados* se referem a relações *anafóricas*, ou seja, a palavras já enunciadas ou ditas cujos conteúdos semânticos são retomados, reiterados ao longo da frase por pronomes.

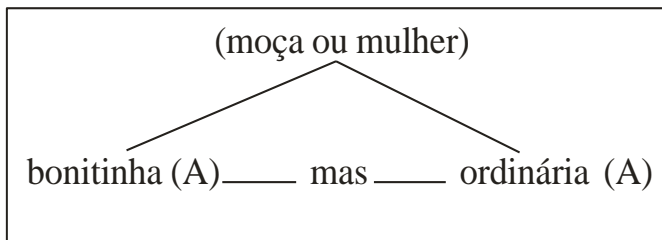
A anáfora, conforme o exemplo acima, é uma categoria especial, pois uma simples palavra auxiliar do léxico, pode tornar-se plena quando colocada em ação no interior de uma frase, essa relação anafórica irá revestir de sentido uma palavra que não tem significado preciso, mas quando empregada em um contexto ela recebe os seus traços semânticos. Tesnière representa a relação anafórica no estema por um traço pontilhado e o chama de traço ou conexão anafórica.

Por exemplo:

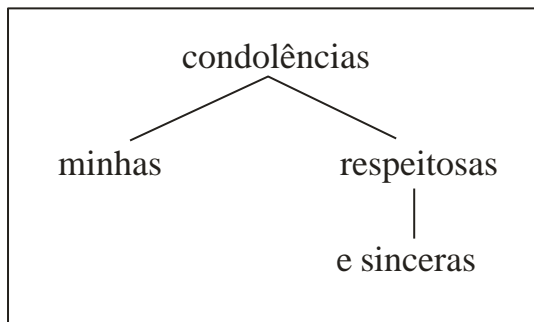


Os *epítetos*, ao contrário dos circunstantes que são subordinados ao verbo, são subordinados ao núcleo nominal e – se considerados em relação às descrições propostas pelos nossos gramáticos tradicionais, correspondem aos adjuntos adnominais – funcionam como qualificadores do nome substantivo; portanto, são os adjetivos qualificativos, cuja quantidade também pode ser ilimitada. Os exemplos abaixo se referem a frases reduzidas, usadas como títulos de livros ou de filmes que, denominadas frases nominais por nossos gramáticos tradicionais, são explicitadas pelos seguintes estemas referentes às frases “a” e “b”, quais sejam:

a) Bonitinha, mas ordinária.:



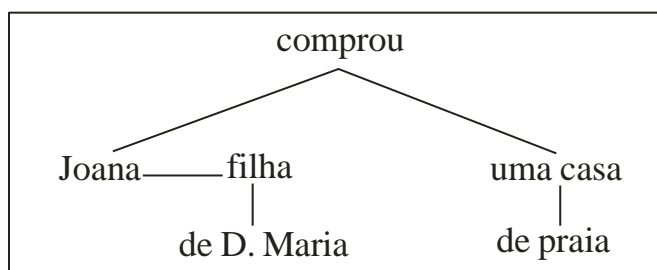
b) Minhas respeitosas e sinceras condolências.:



2.2.4 O Aposto e o Vocativo

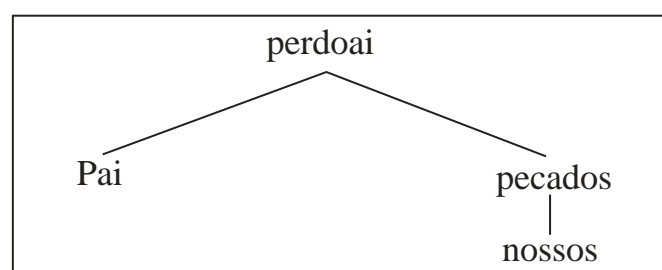
O aposto para Tesnière é uma conexão horizontal; portanto diferenciados de todas as conexões verticais apresentadas nos estemas acima, conforme registrado e exemplificado pelo estema da frase abaixo:

c) Joana, **filha de D. Maria**, comprou uma casa de praia.



O vocativo, por sua vez, é uma categoria frasal que funciona como o primeiro actante ou atuante de um verbo, normalmente empregado no imperativo, segundo explicitado pelo estema da seguinte frase:

c) **Pai**, perdoai nossos pecados.



2.3 Os Tipos de Palavras na Gramática Dependencial

Reiteramos, até o momento, que as conexões dos esquemas cognitivos descritos, orientam o arranjo dos estemas entre os elementos gramaticais das frases gramaticais que dão forma ao pensamento do falante ou usuário da língua portuguesa. Esses esquemas, por serem sociais e compartilhados entre todos os usuários dessa língua, ao serem linearizados pelas atividades de fala, são identificados e apreendidos por esses mesmos esquemas alineares: fato que assegura a compreensão do que a ele está sendo dito. Esse significativo grau de compreensão, em língua materna, se deve ao fato de esses esquemas serem apreendidos desde o momento em que a criança apreende essa sua língua por estratégias de imitação e passa a reproduzi-los; razão pela qual essas relações “estemáticas” bem como o léxico dessa sua língua estão armazenados em sua memória sob a forma de gramática e de dicionário mental. É nesse sentido que a criança, em um tempo bastante reduzido, aprende não só a criar, a inventar palavras e delas fazer usos cada vez mais adequados. Segundo Carone (1988; p.54.):

(....) é nesse curto espaço de tempo da aquisição desses conhecimentos léxico-gramaticais que ela, espantosamente, não só “o que lhe dizem ou que se diz a sua volta; e num espaço de tempo espantosamente pequeno para a grandeza do mistério, estará apta a criar frases diferentes das que ouviu, realizando combinações novas com os padrões sintáticos que já fixou”.

Tesnière, ao tratar do léxico das línguas humanas pelo ponto de vista da sintaxe cognitiva, também diverge do tratamento a ele dispensado pelos nossos gramáticos tradicionais que se orientam pelos estudos propostos por Aristóteles que, gradativamente, foram sendo esvaziados de suas significações primeiras. Orientado pelo propósito de estabelecer maior grau de correlação entre as relações sintático-semânticas entre as palavras constitutivas dos estemas frasais, esse linguista moderno deixa de classificar as palavras em dez classes gramaticais e passa a compreendê-las como pertencente apenas a duas classes. Assim, as dez classes aristotélicas do discurso passam a ser compreendidas por apenas duas: *as* palavras plenas e *as* palavras vazias; assim compreendidas:

a) as plenas ou cheias são aquelas palavras que expressam um conteúdo semântico, ou seja, seus significados fazem remissão não só a uma imagem acústica, pois essa imagem - o significante do signo para Saussure (cf.1972) - sempre está implicada, articulada necessariamente a um conceito: a um ou ao seu significado; razão pela qual a relação

entre significante ⇔ significado dos signos linguísticos não é arbitrária, mas necessária. Por conseguinte, as palavras plenas são todas aquelas que expressam ideias, conceitos, ou seja, têm conteúdos semânticos, como:

a.1) os substantivos - João, Pedro, livro, cabelo, bola, etc.;

a.2) os adjetivos ou epítetos - azul; belo; interessante; redonda, etc.;

a.3) os verbos: ler; comprar; dar; receber, etc.;

a.4) os advérbios ou circunstâncias: mal; bem; cedo; lentamente; à feira; etc. - Observa-se, por esse contexto, que as quatro palavras plenas se organizam, formando o quadrilátero de base, conforme modelo abaixo:

Substantivo	Verbo
Adjetivo	Advérbio

b) as vazias ou incompletas equivalentes àquelas que, consideradas de forma isolada ou excluídas de qualquer lugar por elas ocupado em uma frase simples ou composta, não têm qualquer significado, pois seus significados só poderão ser identificados quando elas são usadas como recursos frasais. Trata-se de palavras, por exemplo, que podem ser suprimidas de um telegrama, como por exemplo: *Bebê nasceu ontem. Mãe, filho saudáveis.* - quando são cancelados os artigos, as preposições, as conjunções. Os tipos de palavras vazias ou auxiliares devem ser, assim diferenciadas, quanto às suas funções:

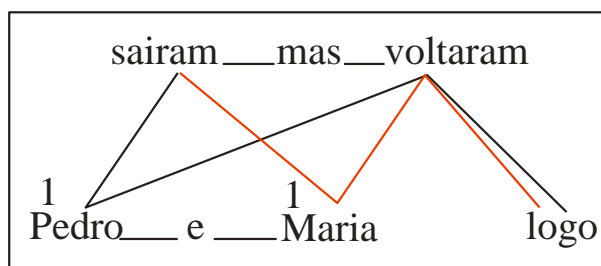
b.1) aquelas que funcionam como “*juntivos*” por juntar, conectar ou conjugar palavras plenas usadas em uma dada frase - nesse caso, trata-se das conjunções denominadas por nossos gramáticos tradicionais como “coordenativas”, conforme a seguinte frase: *Pedro e Maria saíram, mas voltaram logo.* - mas, para melhor se compreender o estema das frases coordenadas, é preciso ressaltar que os estemas são complexos e completos e, por isso, não omitem qualquer relação de conexão entre os constituintes frasais. Nesse sentido, a frase, acima, compreendida na sua linearidade faz remissão à condensação de quatro orações, quais sejam:

b.1.1) Pedro saiu.;

b.1.2) Pedro voltou logo.;

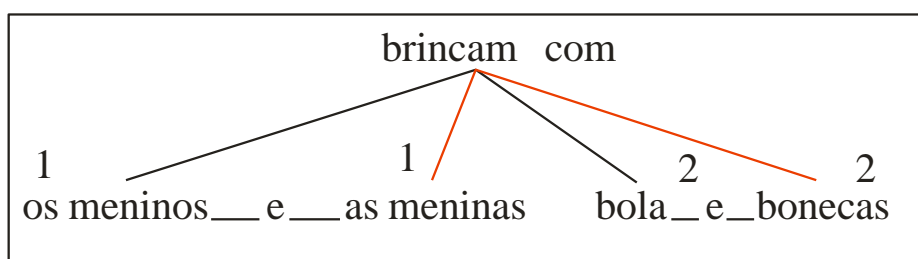
b.1.3) Maria saiu.;

b.1.4) Maria voltou logo. – que condensadas e expressas pela/na linearidade da fala, equivalem a um período composto por coordenação. Observa-se, portanto, a elipse do uso dos verbos “saiu” e “voltou” e do advérbio “logo”, implicados no uso da conjunção “e” de que resulta o sujeito composto, bem como a flexão de plural dos verbos “sair” e “voltar” para fazer remissão às mesmas ações desencadeadas por Pedro e Maria. Logo, o denominado “sujeito composto” pelos nossos gramáticos resultam de processos de condensação dessas frases, cujos estemas são assim considerados:



Reitera-se, pelo exemplo da frase abaixo, não só função da concordância verbal, mas também o uso da elipse do verbo, na estrutura da sintaxe linear, para evitar repetições que não dificultam a compreensão do sentido, visto que o ouvinte identifica facilmente o termo ou elemento cancelado, por fazer inferências autorizadas:

c) *Os meninos brincam com a bola, as meninas, com bonecas.* – Nesse caso, não é possível condensar os actantes dos tipos (1) e (2), contudo, é possível cancelar da estrutura linear o uso repetitivo do verbo, explicitado claramente pelas conexões cognitivas dos usuários. Observa-se que a vírgula usada entre “meninas” e “com bonecas” funciona para marcar a supressão na estrutura linear da forma verbal “brincam”.

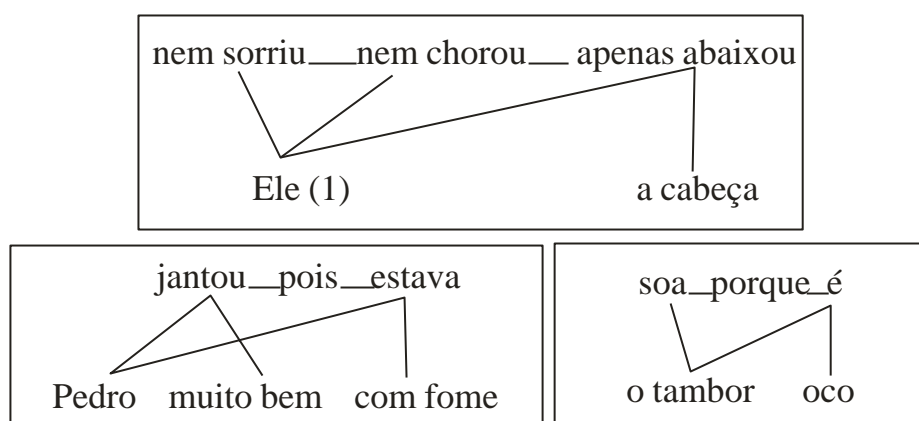


2.3.1 Representações ou Tipos de Junções

As junções que tratam de núcleos articulados por elementos de natureza idêntica que são condensados em uma só frase, formada por orações coordenadas, nelas implicadas as elipses, conforme explicitado no item anterior compreendem:

- a) junção aditiva – quando essas conexas são expressas pelo “e”;
- b) junção adjuntiva – quando se faz presente significações negativas, como “nem ...nem” - *Ele nem sorriu, nem chorou, apenas abaixou a cabeça.*
- c) junção disjuntiva – quando se faz presente significações que fazem referência a possibilidades de uma escolha entre duas alternativas, como “ou X, ou Y” - *O ladrão olhou para a vítima e disse: ou a bolsa, ou a vida.;*
- d) junção adversativa - quando apresenta uma afirmação seguida de uma ideia a ela adversa – por exemplo: *O vestido é lindo, mas o preço é bastante salgado.;*
- e) junção explicativa - quando a uma afirmação se segue uma explicação – como por exemplo: *O tambor soa porque é oco.* (ou por ser oco);
- f) junção consecutiva - quando após uma oração afirmação, segue-se uma consequência como: *Pedro jantou muito bem, pois estava com fome.*

A título de exemplificação, abaixo, são apresentados os seguintes exemplos de estemas do tipo “juntivo”:

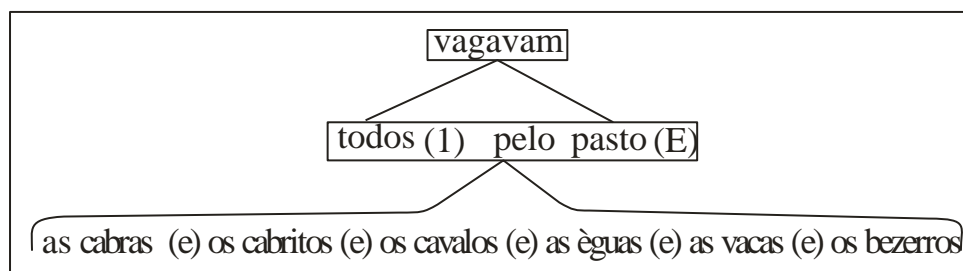


Dados os exemplos, acima, considerou-se relevante pontuar o fato que trata de conexões entre o núcleo verbal e o núcleo nominal, cujo actante (01) ou (02) – aquele que ocupa a posição de sujeito ou de objeto, respectivamente, é representado

por palavras vazias de conteúdos semânticos como “Tudo” ou “Todos”. Esses pronomes indefinidos cujos conteúdos semânticos são a princípio vazios, sempre resumem vários núcleos nominais que, necessariamente precisam ser enunciados antes ou depois que eles são enunciados ou escrito. Assim, é preciso considerar, por exemplo, a frase: “O fogo destruiu tudo: as portas, as janelas, o telhado e as paredes “., pois os itens que se seguem aos dois pontos, incorporam o conteúdo semântico por relações anafóricas. Ao contrário das anáforas, a catáfora retoma os conteúdos dos elementos posteriores ao uso do pronome indefinido “tudo” que agora se torna definido por aqueles dos elementos que a ele se seguem, conforme estemas abaixo, referentes à seguintes frases:

1º) Catáfora: As cabras, os cabritos, os cavalos, as éguas, as vacas e os bezerros, todos vagavam pelo pasto.

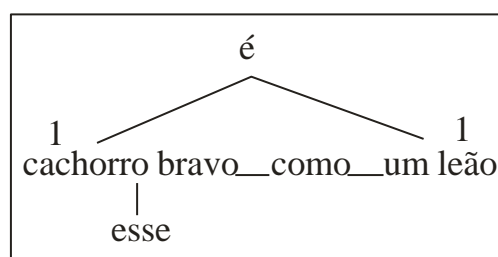
2º) Anáfora: Todos vagavam pelo pasto: as cabras, os cabritos, os cavalos, as éguas, as vacas e os bezerros.



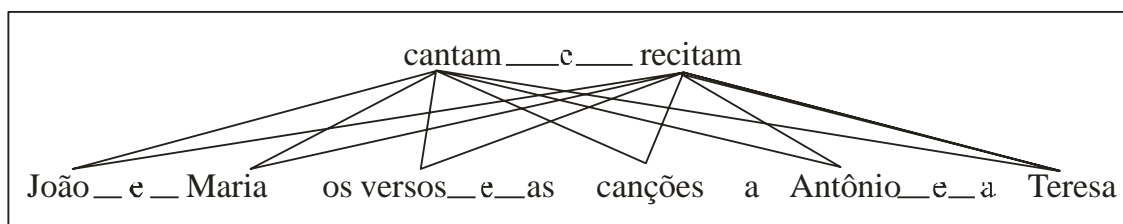
Outra questão significativa pontuada por Tesnière sobre o juntivos é o fato de ele afirmar que as frases comparativas são organizadas pela junção, situando-as como dentre aquelas que organizam e ordenam as orações coordenadas, e não as subordinadas como afirmam nossos gramáticos tradicionais. Assim, dadas as frases:

3ª) Essas uvas são doces como mel. - (como se fossem mel).

4º) Esse cachorro é bravo como um leão - (é bravo).



Em síntese, os esquemas cognitivos referentes ao juntivo, implicam inúmeras conexões referentes a inúmeros desdobramentos possíveis de que resultam múltiplas ou variáveis conexões que se cruzam entre si. Explicitar esses desdobramentos por estemas implica fazer o cruzamento entre todos eles, resultando em um esquema cognitivo bastante complexo, denominado por Tesnière “Plexos”, conforme exemplo abaixo:



2.3.2. As Palavras Vazias e suas Translações: preposições e conjunções

a) Tesnière pontua a existência de duas espécies de palavras vazias: aquelas, acima descritas e explicitadas pelos juntivos, ACRESCIDAS daquelas referentes às preposições, equivalentes às locuções adjetivas e às adverbiais – denominadas adjuntos adnominais e adjuntos adverbiais, respectivamente - e aquelas referentes às conjunções e aos pronomes relativos que qualificam as orações subordinadas substantivas, às subordinadas adjetivas e às adverbiais, desde que estabelecidas correlações com os nossos gramáticos tradicionais, sobre os períodos compostos por subordinação. Trata-se de palavras vazias que, nesse caso, implicam conexões denominadas por “translação” e, nessa situação, é preciso pontuar os processos referentes a significados inerentes ou próprios que recaem sobre os usos de que resultam locuções como:

a) A torre Eiffel; o Rio Tietê; o Rio Paraná - onde Eiffel se refere ao engenheiro responsável pela construção dessa formosa Torre situada na cidade de Paris, um marco daquela cidade; O Rio Tietê – nome de origem tupi – “ti” que significa água e “eté” que significa “verdadeiro”; portanto, Rio de águas verdadeiras - formado por três nascentes da Serra do Mar que surgem entre rochas, situadas no entorno de um pequeno lago onde vivem pequenos peixes conhecidos por “guaru” e, ao contrário dos demais rios não corre em direção ao Mar, mas para o interior do Estado de São Paulo e deságua no Rio Paraná; já “Paraná” também é um grande rio brasileiro que designa o “braço de um rio caudaloso”.

Nesse sentido:

a.1) Eiffel;

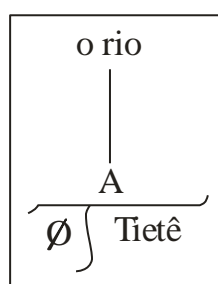
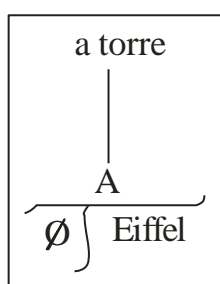
a.2) Tietê;

a.3) e Paraná - funcionam como “epítetos”, ou seja, adjetivos atributivos (cf. pg. 07; item a e b, desse Cap.), ou seja, correspondem a adjuntos adnominais ou locuções adnominais; portanto, são transladados da categoria dos nomes substantivos para a dos adjetivos.

Essa transmutação de categorias, nos casos acima explicitados, são representados no esquema cognitivo pelo símbolo inicial = $\overbrace{\quad}$ da própria palavra Translação, observado o fato de a translação implicar: o translativo, o transferendo, o transferido, assim representado:

- *O Transferido* – Eiffel, Tietê e Paraná: substantivos próprios, representado pelo símbolo “O”, deslocado para a categoria do adjetivo, simbolizada por “A” – o mesmo núcleo depois de efetuada a translação, conforme estema abaixo:
- *O Translativo*: recurso(s) linguístico (s) que favorece(m) a translação – nesses casos, representado pelo símbolo “zero =0” por implicar a mudança de posição desses nomes próprios de pessoas para nome de uma ponte, um objeto construído por um homem chamado Eiffel, ou comuns: “águas verdadeiras”, “braço de rio caudaloso”, conforme explicitado no item acima – esses últimos como substantivos adjetivados; logo, o translativo altera a categoria gramatical do transferido;
- *O Transferendo*: o núcleo submetido à translação, quais sejam: Eiffel; Tietê e Paraná que passam a funcionar como “aposto” de torre” e de rio.

Explicita-se, abaixo, esse processo complexo: => translação (=T): 0 > A

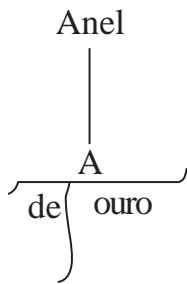


Os exemplos, acima registrados, referentes ao item “a.” - cujas translações são equivalentes a “zero” por implicarem mudança de usos da posição do nome próprio posterior a um substantivo - não se qualificam como únicos casos de translações, pois, dentre as palavras vazias, as preposições também têm a função de transladar uma categoria gramatical de transladar: um substantivo em verbo, em adjetivo ou epíteto, em advérbio ou circunstante, reciprocamente ou vice-versa, conforme se busca demonstrar pela tabela abaixo, seguida de alguns exemplos. Convém ressaltar que para Tesnière essas translações também podem ser denominadas por substantivais, adjetivais, circunstanciais, deverbais – quando o verbo é transladado em um nome - amor, tricô, crochê - ou verbais, quando um nome é transladado em verbo: amar; tricotar; crochetar, galinhar, cachacear, por exemplo. Observa-se, portanto, que:

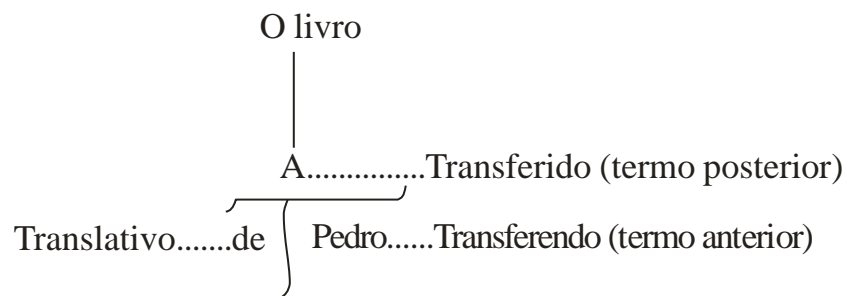
b) a função das palavras vazias da classe das preposições é formar palavras plenas por meio dos processos de translações, neles implicados diferenciadas possibilidades de translações ou recategorizações gramaticais, conforme gráfico abaixo:

(I) $\left. \begin{array}{l} A > O \\ E > O \\ I > O \end{array} \right\} (1)$	(II) $\left. \begin{array}{l} O > A \\ O > E \\ O > I \end{array} \right\} (1)$
$\left. \begin{array}{l} O > A \\ E > A \\ I > A \end{array} \right\} (2)$	$\left. \begin{array}{l} A > O \\ A > E \\ A > I \end{array} \right\} (2)$
$\left. \begin{array}{l} O > E \\ A > E \\ I > E \end{array} \right\} (3)$	$\left. \begin{array}{l} E > O \\ E > A \\ E > I \end{array} \right\} (3)$
$\left. \begin{array}{l} O > I \\ A > I \\ E > I \end{array} \right\} (4)$	$\left. \begin{array}{l} I > O \\ I > A \\ I > E \end{array} \right\} (4)$

Isto posto, apresentamos a seguir exemplos de estemas referentes a esses processos de recategorizações, considerando como ponto de partida a expressão “Anel de ouro”:

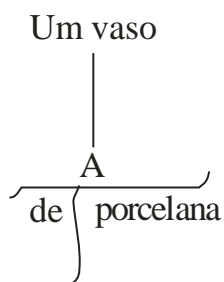


Observa-se que o translativo “de” situa-se à esquerda do transferendo – *posposto* a “anel” e *preposto* a “Pedro” com quem forma um só núcleo com o transferendo, ou seja, o anel. O transferido e o transferendo e o ficam abaixo da linha da conexão, conforme apontado abaixo: “O Livro de Pedro”

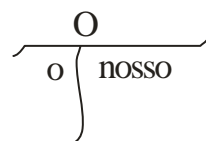


Nesse sentido, considerando os principais tipos de translações:

b.1) Substantivo transladado em adjetivo – observa-se que o translativo pode ser uma preposição ou “zero”, pois nem sempre a translação é marcada, conforme explicitado em “a.”: “Um vaso de porcelana.”

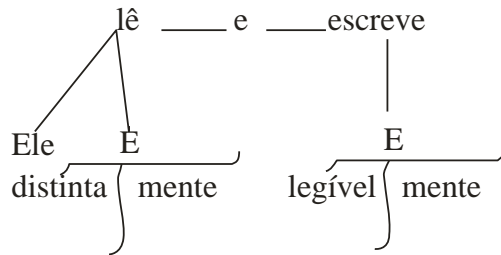


b.2) Adjetivo transladado em substantivo – o transferido é o pronome, e o substantivo é o artigo ou outro determinante. Para a pergunta: Qual livro você está lendo? Podemos obter como resposta o exemplo: “O nosso”.

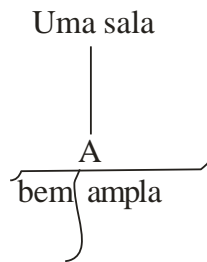


b.3) Adjetivo transladado em advérbio – são aqueles adjetivos qualificativos, os quais se tornam advérbios de modo. O translativo é o sufixo “mente”. Ex: Uma leitura distinta e

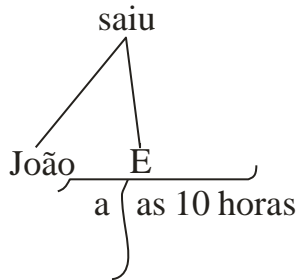
uma letra legível. Ele lê distintamente e escreve legivelmente. (uma leitura = distinta e uma letra = legível).



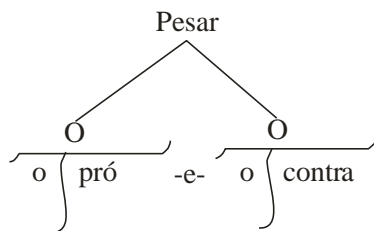
b.4 Advérbio transladado para adjetivo – o translativo é o próprio advérbio. Ex. Uma sala bem ampla.



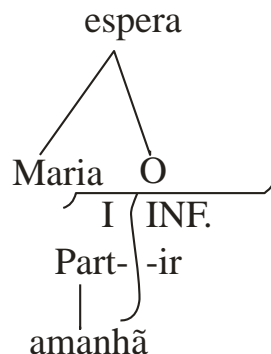
b.5 Substantivo transladado para advérbio – Em geral, o translativo é uma preposição. Ex. João saiu às 10 horas.



b.6 Advérbio transladado em substantivo – o translativo é o artigo. Ex: Pesar o pró e o contra.

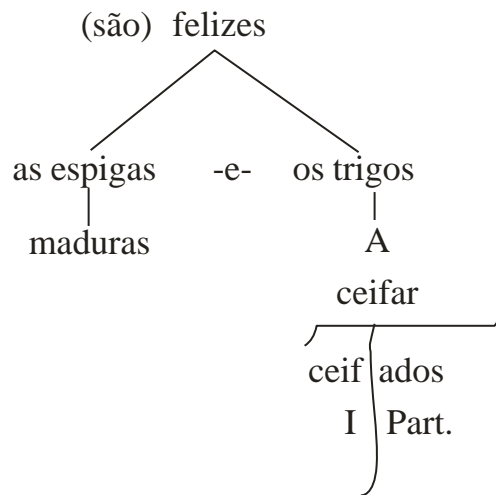


b.7 Verbo transladado em substantivo – o verbo transformado é o infinito. Ex: Maria espera partir amanhã.

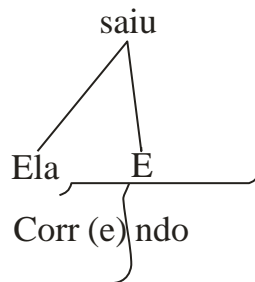


b.8 Translação do verbo em adjetivo – o particípio é o verbo transladado em adjetivo.

Ex: Felizes as espigas maduras e os trigos ceifados.

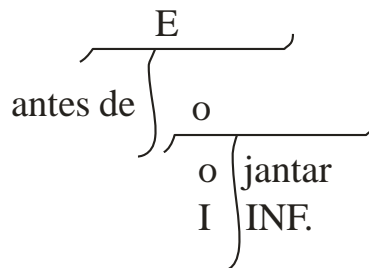


b.9 Translação do verbo em advérbio – o verbo transferido é o gerúndio. Ex: Ela saiu correndo.

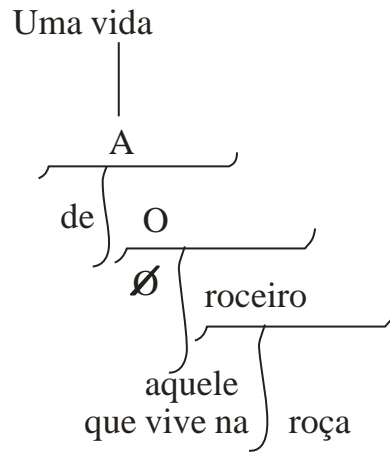


Translação de 1º grau complexa

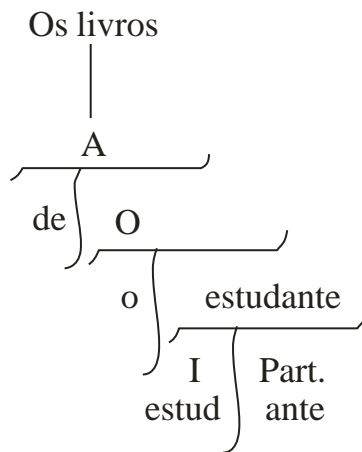
c.1 Translação dupla – o transferido de uma translação é, ao mesmo tempo, o transferendo de outra. Há, então, duas translações no mesmo núcleo. Ex: Antes do jantar.



c.2 Translação reversiva – o transferido da segunda translação é da mesma categoria gramatical que o transferendo da primeira translação. Ex: Uma vida de roceiro.



c.3 Translação múltipla – Não há limite para as translações. Ex: Os livros do estudante.



3. Algumas Considerações Finais

Ao término desse Capítulo pode-se considerar que a Gramática Dependencial favoreceu a possibilidade de esse pesquisador compreender uma proposta que facultou a ele considerar ser possível abordar o verbo como uma palavra plena – à semelhança do nome substantivo e do nome adjetivo, extensivos aos circunstantes – pois, os seus conteúdos semânticos são explicitados por esquemas cognitivos inscritos na memória de seus usuários. Esses esquemas, previstos e implicados nos, ou pelos conteúdos semânticos condensados nas próprias designações lexicais referentes aos verbos condensam significados referentes às categorias básicas representadas por meio de ocorrências que dependem uma das outras, quando se organiza ou se estrutura uma frase, seja ela nominal ou verbal. Assim, em sendo o verbo o termo regente, os seus actantes não são diferenciados entre si, visto serem eles expansões do conteúdo semântico pressuposto pelo estema verbal, ou seja, termos regidos por relações de pertença a esse seu conteúdo. Logo, todos os elementos subsumidos pelo conteúdo do verbo integram-se ao seu conteúdo e dele são expansões.

Orientando-se pelo pressuposto segundo o qual em se mudando a relação, muda-se o valor ou o significado, ou vice-versa, os estemas vão possibilitando observar que a alteração desses valores implicam mudança de função das palavras que organizam e estruturam as frases nominais ou verbais em língua portuguesa. Pode-se, portanto, considerar a flexibilidade dos estemas e identificar que os esquemas cognitivos, resultantes da expansão dos conteúdos dos núcleos verbais, embora finitos, possibilitam considerar a variedade e a variação dos conteúdos significativos dos verbos socialmente partilhados pelos usuários da língua portuguesa, por um lado. Por outro lado e por serem partilhados, esses esquemas facultam explicitar com grau significativo de compreensão, a distinção entre uma abordagem sintática voltada para a linearidade da fala em contraposição a uma sintaxe alinear, subjacente à sua sintaxe alinear que organiza e ordena o pensamento, as ideias produzidas pelos seres humanos.

Nesse sentido, pode-se compreender que os nossos gramáticos tradicionais se ocupam com descrições sintáticas que privilegiam a sintaxe linear, em contraposição àquela alinear de que se ocupou Tesnière: objeto de estudos desse Capítulo. A distância entre sintaxe linear e alinear facultou que se compreendesse o uso da vírgula para se referir a elipses. Presentes apenas na estrutura da sintaxe linear, por exemplo.

Nesse contexto, ainda se faz necessário um maior grau de amadurecimento sobre o distanciamento da abordagem do verbo por nossos gramáticos tradicionais a serem reinterpretados pela posição sintático-semântica da Gramática Dependencial com vistas ao ensino dos conhecimentos léxico-gramaticais como recursos para orientar a produção de textos em sala de aula.

Todavia, esse pesquisador ainda necessita de um tempo para melhor processar esses novos-outros conhecimentos, de modo a se ocupar da elaboração ou produção de estratégias didáticas que com ele colabore para o ensino proficiente de Língua

Portuguesa pelos seus alunos. Para tanto será preciso retomar para melhor processar esses primeiros estudos sobre a Gramática Dependencial , de sorte a rever com precisão e responsabilidade aqueles propostos por nossos gramáticos tradicionais, pois parece que eles se complementam. Uma próxima pesquisa estará voltada para esses processos de complementações.

Conclusão

Neste trabalho buscou-se verificar os estudos propostos por nossos gramáticos tradicionais sobre o verbo e o tratamento dispensado a essa classe, pelos filólogos ou linguistas do nosso mundo moderno. Por meio desse percurso, buscou-se fazer uma revisão feita pelos gramáticos tradicionais da língua portuguesa, tomando inicialmente a gramática de Fernão D'Oliveira e uma das propostas teóricas da linguística moderna, para a construção da outra-nova concepção de verbo: a gramática funcional de Lucién Tésnière

Assim procedendo entendeu-se que tal revisão se faz necessária para que o professor de língua portuguesa, possa melhor sistematizar seus conhecimentos, e de tornar-se capaz de compreender e refletir sobre a prática de ensino conjugados aos conhecimentos da chamada Linguística Estrutural.

Optou-se por apresentar, por meio de estemas, modelo de descrição estrutural das relações sintático-semânticas dos enunciados frásticos, proposta por Tesnière, o domínio específico da descrição e, mais especificamente, ainda, nas apresentações gráficas ou visualizações das análises propostas pelo autor. Este apresenta notoriamente os estemas, em virtude da apresentação das conexões em níveis ou camadas sucessivas. A preocupação com as formas leva Tesnière a enfatizar as mudanças categoria das palavras no desempenho de funções diferentes, mediante o recurso às translações que caracterizam a sua sintaxe estrutural.

A prática docente, todavia, tem-nos ensinado que o modelo (aqui sumariamente apresentado) pode estimular os estudantes a entender melhor a estruturação e funcionamento dos elementos que entram na constituição dos enunciados linguísticos. de acordo com a riquíssima realidade funcional da linguagem humana. Tal modelo possibilita considerar que tal processo de interpretação se faz mais significativo, pois as relações explicitam as redes de coesão e as hierarquias das sequencializações por meio das quais os significados se estendem na linearidade da fala e nos remete à ordenação de conhecimentos linguísticos que são alineares.

Nesse sentido, entendeu-se que, as gramáticas orientadas por uma perspectiva sintático-semântica apresentam os conhecimentos léxico-gramaticais como fundamentos necessários e indissociáveis dos processos de ensino-aprendizagem de leitura e escrita.

Dessa forma, pesquisar e dominar as teorias referentes a tais práticas seria associá-las àquelas que possibilitem compreender as estruturas cognitivas que são articuladas de modo a ordenar os acontecimentos já representados em língua, inerentes a várias possibilidades de usos dos recursos léxico-gramaticais.

Conseqüentemente, o aluno torna-se cada vez mais consciente de que a escolha dos elementos da língua é regida pela adequação dos recursos e das instruções de sentido que abarcam os propósitos dos usuários da língua em dada situação comunicativa. Por fim, é preciso considerarmos a importância dessa abordagem no ensino de Língua Portuguesa como um processo que requer, portanto, além de muita pesquisa, maior eficácia na aplicação pedagógica imediata do conhecimento advindo das investigações acadêmicas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa** (curso único e completo): 6ª ed., São Paulo: Saraiva Livradores Editores, 1952.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port Royal ou Gramática Geral e Razoada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jerónimo Soares, 1737-1816. **Grammatica philosophica da língua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem** / por J. S. B.. - Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1822. - XIV, 466 p. ; biblioteca nacional de Portugal acesso em 16/02/2015.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa: cursos de 1ª e 2ª graus**. 19ª ed. 4ª reimpressão, São Paulo: Editora Nacional, 1975.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. Editora Ática, 1988.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**: FENAME, Fundação Nacional de Material Escolar, 1972.

(FILHO) CÂNDIDO, *Jucá*. **Gramática Brasileira do Português** contemporânea. Rio de Janeiro: Edições Epasa, 1945.

ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley – **Semântica**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LOMAS, Carlos, OSORO, Andrés, TUSÓN, Andrés - **Ciencias da Linguagem, competência comunicativa y enseñanza de la lengua**, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

LYONS, John. **Linguistique Generale: Introduction à la linguistique theorique**. Paris: Laourosse, 1970).

MACIEL, Maximino de Araujo. **Grammatica Descriptiva**. 5ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1914. Acesso em 28/01/2015; Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bas/livros/grammatica-descriptiva/#140/z> Acesso em 28/01/2015

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000 [1536].

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica histórica**. 9ª edição. São Paulo: Nacional, 1935. 597p. (contém Prólogo datado de 1915).

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. 364p. Exemplar nº 0641.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed. , 1974.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidora Blikstein 2ª ed., Cultrix Ltda, 1972.

TESNIÈRE, Lucien. L. **Éléments de syntaxe structurale**. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1966.

TURAZZA, Jeni Silva. **O Verbo: Uma Abordagem Léxico-semântica**. São Paulo: Annalume : Fapesp, 2002.